



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII Nº 100, TERÇA-FEIRA, 11 DE JULHO DE 2017

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 102ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 10 DE JULHO DE 2017

1.1 – ABERTURA	6
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	6
1.2.2 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Apelo à população para que participe da vigília contrária à proposta do Governo Federal de reforma trabalhista; e outros assuntos.	6
Senador Paulo Rocha – Manifestação contrária à reforma trabalhista por, supostamente, implicar na precarização de direitos trabalhistas.	12
Senador Reguffe – Críticas à interrupção da operação Lava Jato pela Polícia Federal; e outro assunto.	16
Senador Hélio José – Apelo ao Governo Federal para que se posicione com relação aos bloqueios marítimo, aéreo e terrestre impostos ao Catar pela Arábia Saudita e outros países, em razão de seu suposto apoio ao terrorismo.	17
Senador Lindbergh Farias – Considerações acerca do atual cenário político que envolve a votação da reforma trabalhista; e outros assuntos.	20
Senadora Vanessa Grazziotin – Críticas à reforma trabalhista por representar um possível retrocesso aos direitos trabalhistas; e outros assuntos.	26
Senador Eduardo Amorim – Agradecimento à comissão organizadora do 4º Congresso da Sociedade Brasileira de Médicos Intervencionistas em Dor e do 3º Congresso do Capítulo Brasileiro do World Institute of Pain pelo convite para que S. Ex ^a ministrasse uma palestra no evento.	32
Senadora Ana Amélia – Insatisfação com a situação político-econômica do País; e outros assuntos. ..	34
Senador Alvaro Dias – Reflexões sobre o andamento das denúncias contra o Presidente Michel Temer na Câmara dos Deputados; e outro assunto.	38
Senador Lindbergh Farias, como Líder – Manifestação contrária à proposta do Governo Federal de reforma trabalhista; e outros assuntos.	43
1.3 – ENCERRAMENTO	49



PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 102ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Comunicações

Da Senadora Vanessa Grazziotin, de participação de S. Ex^a em missão realizada em 17 e 18 de abril último . 51

Do Senador Paulo Bauer, de participação de S. Ex^a em missão realizada no período de 19 a 25 de junho último. 52

Da Senadora Fátima Bezerra, de participação de S. Ex^a em missão realizada no período de 25 a 27 de junho último. 53

2.1.2 – Mensagem do Presidente da República

Nº 41/2017 (nº 227/2017, na origem), que encaminha a programação monetária para o terceiro trimestre de 2017. 55

PARTE III

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	79
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	82
5 – LIDERANÇAS	83
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	87
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	95
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	98
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	144



Ata da 102ª Sessão, Não Deliberativa,
em 10 de Julho de 2017

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. João Alberto Souza e Eduardo Amorim, da Sra. Ana Amélia e dos Srs. Alvaro Dias e Paulo Rocha.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 4 minutos e encerra-se às 17 horas e 19 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal* (**Vide Parte II do sumário**).

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, por 20 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, amanhã esta Casa vai continuar o debate, aí formal, com os encaminhamentos sobre a reforma trabalhista. Eu, mais uma vez, Presidente, quero fazer um apelo aqui aos Senadores e Senadoras para que se faça um grande acordo; de preferência, a gente não vote essa reforma. Mas, se for para votar, vamos votar, por unanimidade, pela rejeição. É possível também esse acordo, porque o Brasil todo está apavorado com essa reforma.

Eu queria mostrar aqui, Senadores e Senadoras, para o Brasil: o Brasil ajustou que vai haver uma grande vigília. Teremos vigília em todo o País nesse dia contra a reforma trabalhista – vigília contra a reforma trabalhista. Em 11 de julho, terça-feira, junte o seu grupo, leve velas, leve o celular, porque ali também tem a lanterna, a lanterninha. Manifeste-se. Acompanhe o voto de cada Senador.

Eu espero que o bom senso prevaleça e que essa matéria não seja votada, até porque, depois o Senador Lindbergh vai falar, há um movimento junto ao Supremo para que esse tema seja adiado por 20 dias. E essa seria a melhor posição desta Casa. Isso seria saudável, isso seria bom senso, isso seria equilíbrio.

Com relação essa matéria, Sr. Presidente, hoje pela manhã mesmo, tivemos uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, às 9 horas e terminou agora, porque todo mundo que falar e quer falar contra – CNBB, OAB, Ministério Público, Anamatra. Todo mundo é unânime. Tu não consegues uma entidade que queira falar a favor.

Então, queria insistir muito, neste momento, falando pela TV Senado – eu ia fazer esse apelo na sexta-feira, mas, infelizmente, V. Ex^a, como disse, é escravo do Regimento. Não tínhamos aqui quatro Senadores, e não foi aberta a sessão. Hoje, com a presença de quatro, a sessão está aberta –, que a gente participe dessa vigília, que a nossa gente, o nosso povo vá para o sindicato, vá para a associação, vá para o clube de mães, no seu local de trabalho mesmo, faça um movimento, para que a vigília aconteça em todo o País – na Câmara de Vereadores, na Assembleia Legislativa.

Eu sei que, no Rio Grande do Sul, vão fazer vigília em frente ao diretório de partidos políticos, no sentido de que se comprometa, cada vez mais, o Senador ou Senadora a votar contra essa reforma.

É um movimento espontâneo, ninguém mandou, ninguém exigiu. Isso começou a surgir no Brasil todo, e, aqui, nós também, claro, há uma semana, estamos falando dessa vigília contra as ditas reformas.

Sr. Presidente, falo um pouco mais aqui. A partir da zero hora desta segunda-feira, terá início, em todo o Brasil, uma vigília cívica contra a reforma trabalhista (PL 38), que está na pauta e que espero que não seja votada amanhã.



O movimento sindical, o movimento de igrejas, não só a CNBB, mas também os evangélicos, dos mais variados segmentos, o movimento social, de estudantes, donas de casa, trabalhadores de vários ramos da economia estão enviando mensagens para nós, para nós todos aqui, aos nossos gabinetes, dizendo que vão fazer a vigília e querendo pegar algumas orientações que nós estamos passando.

Quero reafirmar que nós estaremos aqui fazendo o bom combate, porque achamos que essa reforma é cruel, é algo nunca visto. Acho que nem os Deputados acreditavam que aqui, no Senado, os Senadores poderiam ter uma posição de querer votar na íntegra o que veio de lá.

Eles botaram o que a gente chama de um monte de bodes na sala, achando que os bodes que estavam na sala o Senado tiraria. Até eles estão assustados pela posição do Senado. Houve um que chegou a dizer para mim, adversário, Vice-Líder do Governo, num debate numa grande emissora de rádio nacional – quero repetir aqui –: "Mas os Senadores não são crianças, são homens de cabelos brancos. Eu sei que eles farão o seu dever de casa."

Houve outro que disse aqui, o próprio Relator da reforma na Câmara, num debate que tínhamos aqui, no Senado: "O Senado que cumpra a sua parte. Se vocês acham que há problema, alterem."

Sr. Presidente, eu quero mais uma vez insistir, falando à população que hoje as redes sociais têm um peso muito grande: mandem correspondência de uma forma ou de outra, pelo tal de WhatsApp, pelo tal de Facebook. Façam contato com os Senadores, demonstrando que é inaceitável essa dita reforma.

É um movimento que está crescendo. É um movimento, repito, espontâneo, o dessa vigília, contra a reforma trabalhista; legítimo, que mostra que a população não quer, não concorda com essa reforma apresentada pelo Governo Temer, que está com três processos crimes. Um já chegou, vai ser lido hoje a tarde, e depois virão outros dois.

É um Governo que já terminou, que se agarrou nessas duas reformas, tentando passar para a sociedade que essas duas reformas, como diz lá no Rio Grande, é o caminho da lavoura. Mas não é. Essas duas reformas todos sabem que é o caminho do precipício, como aquela ponte que foi apresentada já lá atrás por esse mesmo time que hoje manda no Palácio. Não cria um emprego, só arrocha mais o salário...

Eu ainda hoje de manhã lembrava que o salário mínimo em inúmeros países, inclusive na própria China, é o dobro do Brasil... E nos países que eles mais citam é cinco vezes, três vezes, quatro vezes, mas eu peguei a China como exemplo... Hoje pela manhã, no debate que tivemos, teve um outro painalista que mandou comparar com todos os países da América Latina: Venezuela, Uruguai, Paraguai, Argentina, Chile... O nosso salário mínimo é o menor.

Então não é real, não é honesto. Eu diria que até intelectualmente é desonesto querer dizer que essa reforma vai gerar emprego. Não vai gerar um emprego. Pelo contrário, aqueles que têm empregos formais vão passar todos a ser autônomo exclusivo, ou trabalho intermitente, ou terceirizado. Teremos empresas, na verdade, sem nenhum trabalhador. Calcule uma empresa com um mil, dois mil trabalhadores, sem que tenha um trabalhador com carteira assinada – todos nesse mundo da fantasia, porque eles não querem assumir a responsabilidade com os encargos sociais.

E, repito, é mentira daqueles que dizem que não vai atingir o décimo terceiro. Venha à tribuna e me diz aqui, ou vem para cá debater, onde quiser: como é que os chamados autônomos exclusivos



vão ter décimo terceiro, férias? Nem previdência não vão ter por parte do empregador. Não adianta dizer que está na Constituição, mas se tu és autônomo ou tu és trabalho intermitente, a responsabilidade é tua. Quem é que vai poder fiscalizar isso?

Quero reafirmar, Sr. Presidente, nesses minutos que ainda tenho, quero ainda passar aqui que tenho recebido muitas, inúmeras, além da vigília que eu já mostrei, de alguns chargistas que estão me dando gratuitamente, algumas charges. Esta aqui é outra charge. Diz que esta proposta é um cavalo de Troia, é um cavalo de Troia, bonitinho por fora e uma bomba por dentro, que destruiu a cidade de Troia – e até eu já vi uma charge semelhante onde, de dentro do cavalo, desce um monte de grandões, aqueles poderosos da economia, chicoteando os trabalhadores.

Mas tem outra aqui. Esta é a do Judas: é o tal de Presidente Michel dando um beijo num trabalhador, exatamente como Judas fez.

Tem uma outra aqui que ele me mandou, em que nós estamos defendendo a CLT, e os poderosos com as tesouras, facões, enfim, instrumentos cortantes, querendo rasgar a CLT.

Há outra aqui, que é bem interessante também, que é esta que mostra os ratos bem gordinhos pegando o dinheiro do trabalhador. E quando fala rato, sabe que é rato e gato; é muito semelhante, não é?

Há uma outra aqui. Esta aqui teve mais de 500 mil curtidas – esta aqui do escorpião. Recebi esta também: "Os escorpiões invadem o Congresso". É o escorpião engolindo os trabalhadores, mastigando os trabalhadores, pegando e mastigando. E há uma figura aqui que eu não vou dizer quem é a figura, mas está aqui a figura que eu recebi. Aquele princípio: o escorpião vai sempre trair aqueles que estão próximos. Aí conta a história, quando me mandaram, aquela historinha do elefante: o escorpião queria atravessar o rio, pediu carona para o elefante; o elefante deu; chegou ao meio do rio, ele ferrou com este ferrão aqui, e morreram os dois. Mas é porque ele não resistiu à vontade de trair, de sacanear mesmo aqueles que votaram, no caso, neles e sempre os ajudaram.

Mas há outra aqui; esta aqui eu achei muito interessante. Esta aqui é muito interessante: uma outra charge que mostra Judas sentado em cima da Câmara dos Deputados, porque foi lá que houve a grande traição – e veio para cá o projeto –; e aqui Pôncio Pilatos sentado em cima do Senado, como que dizendo que estão lavando as mãos, concordando com o que Judas fez, mandando para crucificar, mandando para a cruz Cristo – e aqui o Cristo é o povo brasileiro.

Ainda hoje pela manhã, Sr. Presidente, na Comissão de Direitos Humanos, eu passei um vídeo lá de uma musicazinha singela, mas que diz muito para o momento. É aquela música Trem-Bala, da autora Ana Vilela. Quem puder, que ouça essa música.

E eu vou só ler um pedacinho dela aqui, que eu achei muito, muito importante:

Não é sobre tudo que o seu dinheiro
É capaz de comprar
E sim sobre cada momento
Sorriso a se compartilhar
Também não é sobre correr
Contra o tempo pra ter sempre mais [cada vez mais]
Porque quando menos se espera
A vida já [foi e] ficou [tudo] pra trás



Segura teu filho no colo
Sorria e abraça teus pais
Enquanto estão aqui
Que a vida é trem-bala, parceiro
E a gente é só passageiro prestes a partir

Essa singeleza da música...

Eu cheguei a dizer hoje de manhã e repito aqui: nós que temos a idade um pouquinho mais avançada, nós temos o quê? Vinte anos a mais de vida. Daqui a vinte anos, nós não estaremos mais aqui – todos nós, que temos a idade um pouquinho mais avançada. Eu estou com 67; daqui a vinte anos, eu vou estar quase com 90. E eu vou ter que dar explicação lá em cima – quem cometer esses crimes. Vale a pena botar no seu currículo os crimes como este aqui? Vão dizer: "Lá em baixo te chamavam de escorpião. Lá embaixo te chamavam de rato e gato, pela sacanagem que tu fizeste contra o povo. Lá embaixo te chamavam de 'o homem da faca ou da tesoura', para cortar o direito dos trabalhadores. Lá embaixo falavam que você na campanha dizia uma coisa e depois, chegando a hora H, traia o teu povo. Lá embaixo você fazia parte do time do cavalo de troia; os trabalhadores faziam até vigília com luzes, com lamparinas para iluminar o caminho do bem, pedindo que os senhores recuassem."

Nos últimos cinco minutos, porque todos nós vamos falar ainda com certeza, eu queria registrar um artigo que o *Jornal do Brasil* e o Brasil 247 publicaram, que leva muito aquilo que eu penso. O título é "Presente de Grego". Nesse artigo, eu faço uma análise da reforma trabalhista, que está em pauta, neste plenário, na terça-feira; e aqui eu faço um resumo dele.

Surpreendentemente, até inacreditavelmente, o Senado abdica do seu dever de legislar e de ser a Casa Revisora e aceita calado, mudo e surdo o que veio da Câmara, a tal da reforma trabalhista. Da proposta está prevista a votação para o dia 11. A história e as urnas hão de cobrar um preço altíssimo dos Senadores e dos Deputados que assim se portarem.

A reforma trabalhista foi minuciosamente arquitetada por uma elite que representa 5% dos poderosos deste País com um único objetivo: facilitar o lucro – o lucro – do grande empresariado. À custa de quem? Da retirada de direitos do povo brasileiro.

Estou resumindo o artigo aqui.

Digo, no artigo, que recebi o Dossiê Reforma Trabalhista, da Unicamp, em que eles mesmos denunciam que quem fez esse relatório foi a CNI e a CNA – é só olhar o que eles formularam entre 2012 e 2016. Boa parte desses escritos foram também assimilados pelo Governo no documento "Uma ponte para o futuro".

O alvo principal é a destruição da CLT, alterando-se quase 200 posições. O núcleo destrutivo da reforma baseia-se na prevalência de que tudo é possível, tudo pode ser negociado desde que prejudique o trabalhador. E aqui eu digo, conforme os Procuradores repetiram hoje pela manhã: direitos como jornada de trabalho mínima, piso salarial, férias, décimo terceiro, auxílio-alimentação, fundo de garantia, horário de almoço, entre outros, todos poderão ser livremente retirados. É só lembrar o intermitente e o famoso autônomo exclusivo. O trabalhador será obrigado a assinar acordo por medo de ficar desempregado.

A terceirização, inclusive da atividade-fim... Não há mais limite. Poderemos ter, numa prefeitura, nenhum funcionário mais concursado. Poderemos ter, no Governo do Estado, daqui para



frente, nenhum funcionário concursado. Poderemos ter na União, daqui para frente, nenhum mais por concurso, porque se permite tudo agora, não há mais limite. E como eu dizia antes, poderemos ter, numa empresa, por não tem mais limite, todos terceirizados. Vai haver o dono da empresa, mas nenhum funcionário será dele. Quem terá que prestar conta são os terceirizados, as empresas que terceirizaram para os seus trabalhadores.

Com certeza, Sr. Presidente, as presentes e futuras gerações sofrerão na carne a vilania desses infames que só pensam no lucro e no poder. Nem a ditadura teve a ousadia de rasgar a CLT e acabar com a nossa Previdência.

Por isso a pressão, pressão, pressão nós vamos ter que fazer.

Eu disse no artigo – e foi publicado nos jornais, em dezenas de jornais – para encaminharem *e-mails* ou mensagens pelo tal do WhatsApp, para usarem as redes sociais, para falarem com amigos e vizinhos, para fazerem uma corrente de oração, para fazerem uma vigília. Como diz a canção, "quem sabe faz a hora, não espera acontecer".

A reforma trabalhista, como mostra essa charge que foi reproduzida nos jornais, é, sim, um cavalo de troia que estão enfiando pela goela abaixo do povo brasileiro. É um presente de grego moderno e submisso ao setor financeiro e ao grande capital. Os Senadores que votarem a favor da reforma estarão se omitindo frente aos reais problemas do País.

Presidente, eu vou deixar para a História... Começamos hoje, e eu confesso, Sr. Presidente, que estou tão preocupado que, neste último minuto, vou fazer uma declaração de improviso.

Hoje, eu recebi de um senhor que cuida do jardimzinho da minha casa... Ele me disse: "Senador, você viu como as rosas estão bonitas?" Rosas enormes, bonitas... E eu passei o fim de semana em casa e não vi que as rosas estavam lindas. Eu tenho aqui, no WhatsApp, a foto das rosas e vou mostrar amanhã. Por que, Sr. Presidente?

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque a minha preocupação, a minha cabeça, a minha mente, a minha alma e o meu coração só olham para essas reformas. E olha que eu gosto de olhar para as flores no jardim! *(Fora do microfone.)* E eu não vi que existem dezenas de rosas de um vermelho forte, com vida...

Quando eu recebi aquelas rosas, eu imaginei que só pode ser um sinal do quanto eles vão fazer sangrar o povo brasileiro.

Estão aqui no meu WhatsApp a foto das rosas.

Por isso, Sr. Presidente, amanhã pode ser um dia em que a gente não jogue camélias, como foi feito no passado, mas pode ser um dia em que a gente possa, de repente, entregar rosas para todos os Senadores e todas as Senadoras, fazendo um apelo a eles para que não cometam esse crime. É um crime que vai atingir cem milhões de pessoas.

Este Senado, que tem uma história de grandes momentos de luta... Olha, não passaram aqui projetos individuais; todos que traziam prejuízo nós conseguimos segurar, discutindo e conversando com os Senadores.

(Interrupção do som.)



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como é que a gente pode permitir um *tsunami* desses... (*Fora do microfone.*) ... neste momento, Sr. Presidente? Um *tsunami* que vai...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... destruir, e vai destruir mesmo... (*Fora do microfone.*) ...os ideais, os sonhos de milhões de brasileiros.

Eu diria que, em nome das rosas, em nome dos cravos, em nome das camélias, que foram símbolo de resistência na época da abolição...

Claro que alguns estão preocupados e me perguntam se eu não acho que vai ter que haver um médico aqui amanhã. Não sei se vai haver médico, mas, se aprovarem, que parte de mim vai junto, vai! E parte de vocês, com certeza, também vai junto; não tem como. É como se a gente estivesse abrindo mão de parte de nossas próprias vidas.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Eu quero registrar aqui a presença do nosso ex-colega Senador Wilmar Lacerda, do PT, do Distrito Federal, que passou uma boa temporada aqui conosco. Quero saudá-lo e dizer-lhe para voltar sempre a esta Casa. Esta Casa tem saudade dos dias em que ele por aqui passou.

Fique à vontade aqui conosco, Senador Wilmar.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Rapidamente, Sr. Presidente. É apenas para encaminhar a V. Ex^a um requerimento que apresento, baseado no Regimento Interno, de votos de congratulações e aplausos aos bombeiros do Estado do Amazonas. No último dia 2 de julho, foi o Dia do Bombeiro e também a comemoração dos 141 anos do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas, que foi criado em 1876 pela Portaria 268 do referido mês de julho.

Então, encaminho à Mesa este requerimento de congratulações e quero aqui, através do Comandante dos Bombeiros no Estado do Amazonas, Coronel Fernando Paiva Pires Júnior, cumprimentar todos os militares bombeiros, que têm prestado, já há muitos anos, há mais de um século, um grande serviço à sociedade.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senadora, eu quero acrescentar os cumprimentos do Senado Federal também aos bombeiros do Amazonas, Estado tão bem representado por V. Ex^a.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Há, aqui, uma permuta do Senador Lindbergh Farias com o Senador Paulo Rocha.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O Senador Paulo Rocha fala antes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. *Fora do microfone.*) – Comunicação inadiável, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Assim sendo, concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha e, em seguida, ao Senador Lindbergh Farias.

Por 20 minutos, Senador Paulo Rocha, do PT, do Pará.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Do Pará, com muito orgulho.

Sr. Presidente, nobres colegas Senadores e Senadoras, nós vamos entrar numa semana e, principalmente, às vésperas de um dia que pode ser histórico para o Senado Federal – histórico positivamente e histórico negativamente.

Estão processando aqui reformas que mexem estruturalmente com o País, no caso da reforma da previdência, e estruturalmente com as organizações do povo, com as organizações dos trabalhadores, no caso da chamada reforma trabalhista.

A nosso ver, no momento que estamos vivendo em nosso País, de crise política, crise econômica, crise social, crise moral, o Governo que está aí não tem nenhuma legitimidade e nenhuma autoridade perante o povo para propor tais mudanças. A classe política e principalmente o Congresso Nacional – e chamo principalmente o papel do Senado Federal – tinham que estar se debruçando demoradamente sobre as soluções e a saída para resolver o problema da crise política, que é a mãe de todas as crises.

Por isso, não entendo, não compreendo como o Senado Federal vira as costas para essas questões que estão envolvendo o nosso País.

As pesquisas apontam que 97% da população não quer a reforma trabalhista e previdenciária. Segundo a pesquisa do Vox Populi, 89% dos entrevistados temem não conseguir sustentar as suas obrigações, as despesas de casa e suas famílias; 68% acreditam que a reforma enfraquece o empregado na negociação direta; 69% temem não conseguir se aposentar com a chamada reforma da previdência. E, com todas essas pesquisas, com todo esse sentimento da população do Brasil, como é que o Senado se volta de costas para isso?

Estudiosos do assunto, 17 ministros do Tribunal Superior do Trabalho são contra essa reforma trabalhista; o Ministério Público do Trabalho está entrando com ações questionando não só a legitimidade, mas até a constitucionalidade dessas mudanças. As centrais sindicais consultaram a OIT e já estão distribuindo, inclusive, um documento assinado pela autoridade da OIT, em que o Governo, com essa reforma, descumpre convenções internacionais.

Não é possível que o Senado Federal não enfrente esse debate e não enfrente o Governo ilegítimo, que a qualquer hora está por cair, moribundo. Não entendo que um Plenário como este, qualificado – ex-ministros, ex-governadores, autoridades importantes do nosso País, que foram guindados para cá com milhões de votos nos seus Estados –, abra mão de cumprir o papel



constitucional de revisor, de uma Câmara Alta, de estar atenta aos interesses não só das corporações, mas da Federação, do País perante o mundo e a economia internacional.

Só para chamar a atenção: dezenas de Senadores, Senadores importantes, com história aqui, tanto de um lado quanto de outro, assinaram 178 emendas, propondo emendar o projeto que veio lá da Câmara e, majoritariamente, através dos relatores, não se aceitam as emendas dos Senadores. E propõem ao Senado Federal fechar os olhos e os ouvidos ao clamor das ruas para não cumprir um papel constitucional. Isso é cair de joelhos perante um Executivo que não tem força política, não tem legitimidade, está caindo de podre e não tem nenhuma autoridade para fazer essas mudanças e essas transformações, que mexem com conquistas históricas da classe trabalhadora, que mexem com estruturas do Estado brasileiro, que foi consolidado a duras penas no processo da democracia do nosso País.

Portanto, eu queria primeiro chamar a atenção dos nobres pares para isso, grandes Senadores, respeitados, repito, que têm autoridade política perante o povo do País. Uns já foram ministros, outros foram governadores e governadoras, prefeitos de capitais, prefeitos de cidades importantes, que vêm sob a égide de milhões e milhões de votos nos seus Estados. Pois bem, quedam-se diante de uma situação que o próprio povo está dizendo que não aceita. Repito: 97%, conforme as pesquisas, não aceitam essas mudanças, não aceitam da forma como está sendo feita.

E a segunda questão é o argumento dos relatores de que vai resolver o problema da economia, do emprego, etc. Falácia! Falácia! Isso é um retrocesso, precariza a relação capital e trabalho, precariza o emprego... Eles estão tirando um emprego qualificado do trabalhador e oferecendo um emprego de segunda, de terceira, de quarta categoria. Estão legalizando o bico, desqualificando, inclusive, a mão de obra e os avanços que nós já conquistamos no nosso País.

Esta reforma desorganiza a estrutura sindical, na medida em que tira o poder do sindicato de fazer negociações coletivas e passa para o trabalhador, que é dado à força do seu patrão, o negociar individualmente as suas questões, inclusive questão de local de trabalho. Até o contrato está estabelecido, para poder ganhar um emprego de segunda, de terceira, de quarta categoria.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Com bastante...

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Primeiro, eu quero cumprimentar V. Ex^a aqui – ao lado do Senador Paim, do Senador Lindbergh, das Senadoras Fátima, Regina, Gleisi e de tantos outros Senadores –, que têm sido uma presença constante aqui no Parlamento, nessa luta contra a reforma trabalhista. Senador Paulo Rocha, o Senador Lindbergh acaba de me informar que, logo hoje cedo, a Bancada de V. Ex^a, do Partido dos Trabalhadores, entrou com um mandado de segurança, solicitando a suspensão da votação. Agora, eu creio que essa deveria ser uma decisão coletiva e política deste Senado Federal, Senador Paulo Rocha, porque eu assino embaixo tudo que V. Ex^a diz. A reforma, além de ser destruidora dos direitos dos trabalhadores, de ser destruidora da Previdência Social, é inconstitucional, do começo ao fim. Então, ela não vai resistir. Ela não vai resistir às barras da Justiça. Nós é que queríamos e quem dera que, de fato, fosse uma reforma modernizante, para gerar emprego. É isso de que o povo brasileiro precisa, mas não é isso que está escrito na reforma. Eles mentem para a Nação da forma mais



descarada e deslavada, Senador Paulo Rocha. Agora, veja bem, a Comissão de Constituição e Justiça estará reunida – ou já está reunida –, o Relator vai ler o seu relatório sobre a admissibilidade ou não do processo contra Michel Temer –, e o Senado continua votando. Votando entre aspas, porque tudo o que eles não vão fazer é votar, Senador Lindbergh. Querem aprovar do jeito que veio da Câmara. Para quê? Para o Presidente fazer medida provisória, fazer vetos. Que Presidente? E que acordo é esse? Que acordo é esse? Dá para confiar no Senhor Michel Temer? Veja, Senador Paulo, eu acho que... Eu proponho que, mais tarde, nós procuremos, Senador Lindbergh, o Presidente Eunício Oliveira. Vamos fazer um apelo ao Presidente Eunício Oliveira: não paute essa matéria amanhã, porque isso chega a ser um escracho contra a população brasileira. É um acinte contra o povo brasileiro e o nosso País, num momento tão difícil da Nação, querer votar uma proposta da forma como querem. Então, Senador Paulo, V. Ex^a tem sido muito importante até aqui e, tenho certeza, será ainda mais, porque nós não nos demos por vencidos – não nos demos –, nós vamos lutar até o último minuto para que isso não seja votado. E, se for votado, que se promovam as mudanças. Eu conversei com o Senador Cássio Cunha Lima na semana passada, e sabe o que o Senador Cássio Cunha Lima me disse? Que ele vai votar favoravelmente alguns destaques. Então, isso é o que todos devemos fazer, porque há unanimidade na discordância de vários aspectos da proposta – unanimidade. Por que não modificar aqui e a proposta voltar à Câmara? Então, parabéns Senador Paulo, continue fazendo assim e agindo como V. Ex^a tem agido, porque, apesar da apatia, a população brasileira ainda deposita muita confiança e, mais do que isso, esperança – esperança – nesta Casa Legislativa, neste Senado Federal. Que amanhã não se retirem os direitos dos trabalhadores. Obrigada e parabéns, Senador Paulo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É por isso, Senadora e companheira Grazziotin, que nós estamos aqui de plantão, resistindo, vigilantes. E quero chamar a atenção do nosso povo. A nossa intervenção aqui usando a tribuna do Senado, conquistada lá embaixo nas urnas, para dialogar com o nosso povo, principalmente com os trabalhadores, tem que ajudar a gente a resistir. Fique de olho, de agora até amanhã, no seu Senador – são apenas três por Estado –, mande *e-mail*, mande recado, mande WhatsApp, mande tudo o que é possível para poder mostrar a sua insatisfação com essa reforma que vai colocar o nosso País no retrocesso.

Com um golpe parlamentar que colocou Michel Temer aí, o nosso País está andando para trás, num recesso, num retrocesso: retroage com as conquistas da classe trabalhadora, que foram conquistadas há séculos, há décadas. A conquista da CLT, a conquista na Constituição de 1988, em que nós incluímos um conjunto de avanços e de conquistas para a classe trabalhadora, para os trabalhadores rurais, para as mulheres rurais – agora, mais recentemente, aprovamos uma lei, a Lei das Domésticas –, tudo isso, numa cajadada só, está se colocando por terra, num retrocesso, voltando à jornada de trabalho que pode ser, dependendo da negociação individual, com dez, doze horas por dia e com possibilidade de nem chegar ao salário mínimo no final do mês, porque o contrato vai ser diário, sem nenhuma segurança de que pode auferir uma mensalidade razoável para poder manter a sua subsistência.

É de um retrocesso... Fala em modernismo, isso é falácia. Moderno é sair de 8 horas para trabalhar dez, doze, catorze horas? Isso é retrocesso, é voltar aos grilhões da exploração, da escravidão em nosso País. Desorganiza a organização sindical, tira a força dos sindicatos, que foi uma



luta da classe trabalhadora a partir da democracia que nós conquistamos para equilibrar a relação capital e trabalho.

Nós já temos experiências de que não precisa mudar a legislação para gerar emprego, para crescer o nosso País, com inclusão social, com distribuição de renda, vide oito anos de Governo Lula, em que criamos 22 milhões de emprego sem mexer com uma vírgula na legislação trabalhista. Ao contrário, aumentamos o salário mínimo e incluímos os que não tinham um programa de inclusão social, como o Bolsa Família, e tantos outros avanços importantes para gerar a máquina do crescimento e do desenvolvimento, com distribuição de renda.

Essa reforma desorganiza um braço do Estado que protege a relação capital e trabalho, principalmente os trabalhadores. A própria ciência avançou nos direitos, no ramo da ciência jurídica, criando o direito do trabalho e, como consequência do direito do trabalho, um braço da Justiça, que é a Justiça do Trabalho, que protege, que assegura as proteções aos trabalhadores. Tudo isso vem, por dentro dessa reforma, desorganizar, enfraquecer e desestruturar aquilo que a própria democracia, através da luta do povo, construiu no nosso País.

Por isso, eu queria chamar a atenção desta Casa, dos nossos Senadores e Senadoras. Por que tanta pressa? Para quê? Para quem? A não ser que sejam essas outro retrocesso que nós, que o Governo Temer está implementando no nosso País. Se no governo anterior, principalmente no governo Lula, recuperamos a soberania perante outros povos e influenciámos na economia internacional, o nosso Presidente era recebido com respeito e com dignidade pelos outros Presidentes, agora o nosso País é tratado vergonhosamente – "Quem é esse esquisitão que chegou aí?" –, de uma forma avacalhada até. Está se estabelecendo, em nosso País, um processo de retrocesso.

Por isso, eu queria chamar a atenção para o fato de que o Senado Federal tem um papel importante no sentido de resgatar o caminho que nós vínhamos trilhando em prol da recuperação da nossa economia, da recuperação da nossa soberania perante outros povos, criando condições de um Estado social que possibilitava uma economia com inclusão social, com distribuição de renda, com avanços importantes no que diz respeito à dignidade do nosso povo e da nossa gente. Este Brasil é maior, é grande, é rico e tem condições de sair dessa crise econômica e resolver os problemas relacionados com a dignidade do nosso povo, com as diferenças sociais que ainda existem em nosso País.

Por isso, é fundamental que a gente resolva todas essas questões a passos tranquilos, democraticamente, ouvindo toda a sociedade organizada para que ela possa ajudar a classe política, os nossos partidos, a fim de que se possam implementar novas saídas para o nosso País. O que não pode é a crise...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... é os trabalhadores terem que pagar a conta. Os trabalhadores não são culpados pela incompetência dos governantes. Os trabalhadores não são culpados pelos malfeitos dos políticos. Por isso, essa conta tem que ser paga por aqueles que sempre acumularam riqueza no nosso País, que sempre ganharam a partir das tetas da estrutura do Estado.

Por isso, Sr. Presidente, chamo atenção para o fato de que amanhã vai ser um dia muito importante. E o Senado Federal não pode virar as costas para os reclamos da nossa população.



O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

Concedo a palavra ao Senador Reguffe, do Distrito Federal, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, a decisão da Polícia Federal de desfazer o grupo de trabalho que trabalhava na Lava Jato, no Paraná, é absolutamente inaceitável. Se há uma coisa neste País que une as pessoas de bem é o apoio à Operação Lava Jato. Que tudo seja investigado a fundo. Se houver injustiça, até porque não há nada na vida pior do que uma injustiça, que se investigue a fundo e que no final se absolva quem não tiver culpa. Agora, é preciso que se investigue absolutamente tudo desse caso e que no final todos aqueles que tiverem alguma responsabilidade nesse desvio de dinheiro público, seja quem for, seja de que partido for, seja que posição ocupe, sejam punidos.

Então, a decisão da Polícia Federal de desfazer o grupo que atuava em Curitiba na Operação Lava Jato é uma decisão que vai contra os cidadãos de bem deste País e é uma decisão inaceitável. E isso cheira a um acordão de vários partidos. Parece – espero estar enganado –, mas parece que isso foi fruto de um grande acordo de diversos partidos para esvaziar uma operação que é importante para o cidadão honesto deste País, que é a Operação Lava Jato.

Faço aqui um apelo para a direção da Polícia Federal, porque, se há uma coisa que precisa ser investigada neste País, é esse caso.

Faço um apelo para que se volte atrás nessa decisão, que é um apelo não meu, mas de todos os cidadãos de bem deste País, que querem ver uma vida pública mais limpa e mais decente neste País.

Quero também, aqui, Sr. Presidente, dizer que a Câmara dos Deputados tem o dever neste momento de deixar esse processo envolvendo o Presidente Michel Temer prosseguir. Não pode a Câmara dos Deputados simplesmente querer obstaculizar o prosseguimento dessa denúncia. Isso sequer é a condenação. Ela simplesmente está deixando que o Supremo Tribunal Federal processe o Presidente e continue o processo. Isso sequer é uma condenação.

E saltam aos olhos essas notícias nos jornais de toma lá, dá cá, de o Governo se utilizando de cargos públicos para comprar votos na Câmara dos Deputados, para não deixar essa denúncia ir à frente.

Isso não é correto. Isso não dá para aceitar. Cargos públicos são para servir ao contribuinte, ao cidadão, não para comprar votos de Deputados na Câmara – ainda mais comprar votos de Deputados na Câmara, para não deixar que a Suprema Corte deste País possa processar uma denúncia, possa analisar uma denúncia e julgar o Presidente.

Vai ser triste, vergonhoso e revoltante se a Câmara dos Deputados negar o prosseguimento dessa denúncia, porque, se, com todos esses fatos, a Câmara dos Deputados negar o prosseguimento dessa denúncia, eu queria saber o que seria, então, para a Câmara dos Deputados algo sério para se deixar processar o Presidente da República.

Os fatos são absolutamente graves.

(Interrupção do som.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Só para concluir, Sr. Presidente!



Os fatos são absolutamente graves. O contribuinte deste País foi lesado.

Então faço aqui um apelo, que a Polícia Federal haja como órgão de Estado e não de Governo e volte atrás na sua decisão errada, na minha opinião, contra os interesses de bem deste País, que volte atrás nessa decisão de desfazer o grupo de trabalho que trabalhava na Operação Lava Jato no Paraná.

E faço aqui também um apelo aos Deputados Federais, com a responsabilidade que têm nos seus mandatos, de não obstaculizarem essa denúncia, de não obstaculizarem o prosseguimento dessa denúncia. Que o Supremo Tribunal Federal possa analisar e deliberar sobre ela.

Isso é o que todas as pessoas de bem deste País, independentemente de filiação partidária desejam da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Reguffe, o Sr. João Alberto Souza, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Amorim, Suplente de Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Muito obrigado, Senador Reguffe.

Convido, como orador inscrito, o Senador Lindbergh.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. *Fora do microfone.*) – Senador Lindbergh, pode me liberar...

Estou pela Liderança do PMDB agora.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Posso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Convido, como Líder inscrito, o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Queria agradecer ao nosso nobre Senador Lindbergh pela permuta; agradecer ao Sr. Presidente, Senador Eduardo Amorim; cumprimentar o Brasil; e cumprimentar a TV e a Rádio Senado.

Pela Liderança do PMDB, quero colocar aqui o apoio ao Catar, que sofre bloqueio da Arábia Saudita, do Egito e de outros países, sob alegação de apoio ao terrorismo.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, quero, hoje, tratar de um assunto na área das relações internacionais que, embora não envolva um conflito militar, tem forte impacto na estabilidade política e econômica de uma região altamente estratégica do Planeta.

Desde o dia 5 de junho deste ano – há mais de um mês, portanto –, o Estado do Catar enfrenta uma situação extremamente delicada. A Arábia Saudita, o Egito, o Bahrein e os Emirados Árabes Unidos impuseram ao Catar um bloqueio terrestre, marítimo e aéreo, com base na alegação de que o Catar abrigaria e apoiaria terroristas, entre outras acusações.

Todo mundo conhece o Catar, já ouviu falar sobre Doha, já ouviu falar sobre esse país da Arábia que vai realizar a Copa do Mundo de 2022.

O Catar, um dos países com a maior renda *per capita* do mundo e o maior fornecedor mundial de gás natural liquefeito, Sr. Presidente, ocupa uma península pequena, com uma área equivalente à metade do Estado de Sergipe, ou duas vezes a área do Distrito Federal. Tem apenas uma estreita



fronteira terrestre, com a Arábia Saudita – a maior potência do Golfo Pérsico, um gigante com uma área equivalente a toda a nossa Região Nordeste mais o Estado de Minas Gerais.

Entre as sanções sofridas um mês atrás pelo Catar estão:

- o fechamento, nobre Senador Lindbergh, do único acesso terrestre ao país, pela Arábia Saudita;
- o fechamento, nobre Senador Reguffe, do espaço aéreo da Arábia Saudita, do Egito, do Bahrein e dos Emirados Árabes Unidos aos voos da Qatar Airways;
- o fechamento dos portos dos Emirados Árabes Unidos aos navios do Catar que entram ou saem do Golfo Pérsico, nobre Senadora Ana Amélia;
- o rompimento das relações diplomáticas entre essas quatro nações e o Catar; e
- a expulsão dos cidadãos do Catar desses quatro países, além da convocação de todos os cidadãos desses quatro países, que, por qualquer razão, estivessem no Catar, nobre Presidente.

Essa última sanção, Sr^{as} e Srs. Senadores, é particularmente cruel. Em primeiro lugar, ela vai de encontro à milenar tradição de hospitalidade dos povos da península arábica, um dos traços definidores da cultura daquela região, nobre Presidente.

É alto o número de casamentos entre cidadãos dos países envolvidos. Calcula-se, Sr. Presidente, que algo em torno de 12 mil pessoas tenham sido separadas dos seus entes queridos e forçadas a deixar para trás suas famílias, seus bens e seus empregos para atender à ordem de retornar aos seus países de origem. É uma situação caótica para o pequeno Catar.

Já o bloqueio terrestre, aéreo e marítimo imposto ao Catar, embora não isole totalmente o país, dificulta imensamente a logística do país e traz impactos e prejuízos enormes ao turismo, ao comércio e ao bem-estar geral, não apenas do povo do Catar, nobre Presidente, mas de toda aquela região.

A própria realização da Copa do Mundo de 2022, que acontecerá justamente no Catar daqui a cinco anos, pode ficar comprometida, a depender da duração desse bloqueio.

O Catar refuta todas as acusações, e eu, como membro da Comissão de Relações Exteriores, não poderia deixar de vir aqui fazer este pronunciamento, argumentando que tem tomado medidas concretas na luta contra o terrorismo, como o corte de linhas de financiamento do terror em seu sistema bancário e a colaboração com outros países na área de inteligência e contraterrorismo.

Além disso, o Catar abriga a base de Al-Udeid, a maior base aérea dos Estados Unidos no Oriente Médio, com dez mil soldados americanos estacionados.

(Interrupção do som.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – O Catar alega, perante a comunidade internacional, que as razões reais por trás do bloqueio seriam, entre outras, as seguintes:

- as relações amigáveis entre o Catar e o Irã, rival histórico da Arábia Saudita;
- seus laços com a Turquia, potência que também rivaliza com os sauditas no Oriente Médio; e
- o jornalismo praticado pela agência de notícias Al Jazeera, do Catar, que, desde 1996, nobre Presidente, tem tido uma postura mais crítica, que desagrade aos sauditas, aos egípcios e à maioria dos governos daquela região.



Tanto é assim que, entre as condições que os quatro países bloqueadores estabeleceram para levantar o bloqueio ao Catar, estão justamente – não sei por que motivo: o fechamento da Al Jazeera; o corte dos laços entre o Catar e o Irã; e o fechamento da base militar...

(Interrupção do som.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ... turca em Doha, capital... *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Senador Hélio, eu peço que encerre, porque já estamos prorrogando o tempo pela segunda vez.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Ah, é? Não, mas o tempo de Líder são vinte minutos, e eu não falei nem cinco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Não... Senador Hélio José, a gente recebeu um comunicado aqui na Mesa, de que o senhor não pode falar como Líder, porque não tem representação de Líder.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Ah, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Portanto, o senhor está com o uso da palavra para uma comunicação inadiável por cinco minutos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Ah, eu não estava sabendo. Para mim, eu estava falando pela Liderança.

... o fechamento da Al Jazeera; o corte dos laços entre o Catar e o Irã; e o fechamento da base militar turca em Doha, a capital do Catar.

Estou concluindo.

Apesar dos mais de 30 dias de bloqueio, o Catar tem conseguido, com a ajuda da comunidade internacional, suportar essas pesadas sanções, seja reforçando o comércio com outros países, seja buscando rotas alternativas para seus aviões e navios, seja realinhando sua própria infraestrutura para se adequar à nova situação imposta pelo bloqueio.

É fundamental, neste momento, que se busque abrir linhas...

(Interrupção do som.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ...de diálogo entre os países... *(Fora do microfone.)*
Alô.

É fundamental, neste momento, que se busque abrir linhas de diálogo entre os países em conflito, para que se restabeleça a estabilidade numa região tão importante e estratégica como é o Golfo Pérsico.

Nesse ponto, o Brasil pode ser fundamental. Já nos oferecemos para intermediar o conflito entre o Catar e os países bloqueadores, mas as negociações são complicadas e progridem lentamente. Ainda assim, a vocação brasileira para a mediação, já demonstrada em várias ocasiões, tanto na América Latina, quanto em outros continentes, deveria se manifestar com mais ênfase neste momento.

Temos relações amigáveis com todos os países envolvidos. Contamos com embaixadas em todas as nações envolvidas. Ao mesmo tempo, temos um distanciamento saudável e um posicionamento neutro na questão, pré-requisitos para uma mediação bem-sucedida. E, finalmente, graças a uma política iniciada em 2003 no governo Lula e na gestão de Celso Amorim no Itamaraty, nossa inserção na comunidade internacional vem se expandindo...



(*Interrupção do som.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ... e se diversificando na última década e meia. (*Fora do microfone.*) Deixamos de priorizar quase que exclusivamente a Europa e a América do Norte em nossas relações exteriores, como era o costume desde sempre; voltamos os olhos aos nossos vizinhos da América Latina, aos nossos parceiros da África, da Ásia e do Oriente Médio. Entre 2003 e 2010, abrimos 67 novas representações em todo o mundo, boa parte delas em países em desenvolvimento.

É preciso, agora, que lancemos mão dessas prerrogativas para assumir uma postura mais ativa em questões como a do Catar.

Faço um apelo, portanto, ao Palácio do Planalto e ao Itamaraty para que se posicionem mais firmemente em relação ao bloqueio do Catar.

Não defendendo este ou aquele lado, mas trabalhando ativamente pela busca do diálogo entre aquelas nações e pelo fim do bloqueio, pois a instabilidade no Golfo Pérsico não traz benefícios nem aos países da região, nem ao resto do mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era isso que eu tinha a pronunciar sobre esse importante conflito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Muito obrigado, Senador Hélio José. Repito que o senhor usou a palavra para uma comunicação inadiável, portanto são cinco minutos – mas foram prorrogados algumas vezes. E quem fala como Líder, também, Senador Hélio José, fala por cinco minutos, e não por vinte.

Convido, como orador inscrito – aí sim, terá direito a vinte minutos –, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não dá para fazer de conta que não está acontecendo nada no País.

Eu começo aqui me dirigindo a todos Senadores e Senadoras para dizer que é inaceitável votarmos, no dia de amanhã, uma reforma trabalhista quando agora, neste momento, a Comissão de Constituição e Justiça vai ler o relatório do Deputado Federal Sergio Zveiter, que vai, como já anteciparam, autorizar o prosseguimento do processo contra Michel Temer por crime de corrupção. Vamos fazer de conta que não está acontecendo nada e votar aqui amanhã a reforma trabalhista?

Eu tenho uma opinião: eu acho que, na hora em que se abrir o placar da votação no plenário, o Michel Temer cai. Ele não vai ter os 172 votos por um motivo bem claro: o Deputado que ficar com o Temer não se elege em 2018. Ele vai fazer cálculos.

Aí, eu fico vendo este Senado abrir da sua função: nós somos a Casa Revisora e estamos decidindo que não vamos alterar nada do projeto da Câmara, porque a Base governista fez um acordo com Michel Temer para vetar alguns pontos? Ele pode não ser Presidente da República daqui a 15 dias. Essa é a grande tendência.

Até porque, depois de toda essa irresponsabilidade, porque o processo do *impeachment*, o golpe foi uma irresponsabilidade... E eu via o tal "deus mercado" dizendo que não, que se tirasse a Dilma estaria tudo resolvido, que a economia voltaria a crescer. Eles diziam isso, e nós estamos com mais de 14 milhões de desempregados – 2,5 milhões de desempregos a mais só no Governo do Temer.



Agora, o dito mercado está querendo a saída do Temer e a entrada do Rodrigo Maia. Nós não aceitamos nenhum movimento "Fora Temer e ponto"; para gente é "Fora Temer e eleições diretas", porque colocar Rodrigo Maia não resolve nada; não vai ter força, não está escorado em legitimidade popular. Nós precisaríamos de um Presidente com essa força, vinda do voto do povo, para retirar o País da crise; mas o dito mercado quer o Rodrigo Maia para tocar as reformas, para manter o mesmo programa.

Rodrigo Maia para nós é tão golpista quanto Temer. Por isso, nas nossas mobilizações, agora é: "Fora Temer, fora Rodrigo Maia e eleições diretas", para parar essas reformas, porque o que está por traz de tudo são as reformas.

Eu aqui cansei de falar desta tribuna que o golpe foi dado porque, no momento de crise econômica, o grande capital quer resolver o seu problema reduzindo o custo do trabalho, retirando direitos dos trabalhadores, reduzindo o salário do trabalhador.

E para nós derrotarmos essas políticas só há um jeito: conquistando as eleições diretas.

Está aqui o Senador Reguffe, que é autor de uma PEC sobre eleições diretas, e nós conseguimos fazer essa PEC ser aprovada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Falta vir para o plenário.

Mas o apelo que nós fazemos no dia de hoje é para que paremos a tramitação dessa reforma trabalhista. Não há como votar numa situação como esta; hoje o assunto do País é o relatório de Sérgio Zveiter.

E eu quero dizer a todos que hoje nós tivemos uma audiência com a Presidente do Supremo Tribunal Federal, porque nós, desde a quinta-feira passada, entramos com um mandado de segurança pedindo a paralisação da tramitação dessa reforma tributária.

Eu, antes de passar para o Senador Reguffe, queria explicar, Senador Alvaro Dias, que, na Emenda Constitucional nº 95, a PEC do teto dos gastos, há dois dispositivos que foram colocados na Constituição para evitar as chamadas pautas bombas, que nós vimos naquele período em Eduardo Cunha era Presidente da Câmara – cada dia era um projeto novo, sem cálculo das despesas, do impacto orçamentário e financeiro.

Então, naquela PEC dos gastos foram parar na Constituição os arts. 113 e 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O art. 113 diz o seguinte:

Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

Não veio nada! Na reforma trabalhista, há vários pontos que têm impactos financeiros, mas não vieram acompanhados desse estudo.

E o art. 114 diz, de forma muito expressa – e por isto eu estou esperançoso de uma decisão favorável nesse mandado de segurança –, o seguinte:

Art. 114. A tramitação de proposição elencada no *caput* do art. 59 da Constituição Federal, ressalvada a referida no seu inciso V, quando acarretar aumento de despesa ou renúncia de receita, será suspensa por até vinte dias, a requerimento de um quinto dos membros da Casa, nos termos regimentais, para análise de sua compatibilidade com o Novo Regime Fiscal.



Na verdade, quando a gente fala de um quinto dos Senadores, nós estamos falando de 16 Senadores; e 19 Senadores assinaram esse requerimento! Está expresso que é para a paralisação da tramitação por 20 dias – por 20 dias!

Eu não imagino que os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras queiram desmoralizar já esse Novo Regime Fiscal, a Emenda Constitucional 95, que foi aprovada, inclusive, por este Plenário do Senado Federal – contra nosso voto, porque nós não queríamos o congelamento de recursos da Saúde e da Educação. Agora, esse aspecto aqui é um aspecto com que nós concordamos.

Então, estamos esperançosos de que haverá uma decisão do Supremo que paralise essa reforma trabalhista.

Concedo um aparte ao Senador Reguffe.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senador Lindbergh, apenas com relação a essa possibilidade de eleições indiretas, eu vejo muitas pessoas hoje defendendo eleições indiretas. Se Parlamentares vendem votos para votar projetos, imagina para eleger o próprio Presidente da República! Imagina o que vão ser essas eleições indiretas, o balcão de negócios e de cargos públicos que nós vamos ter no Parlamento com eleições indiretas! Eu torço para estar enganado, eu torço para estar errado. Não propus também essa PEC neste momento; propus antes. Mas torço para estar enganado. Agora, as eleições indiretas vão fazer este Congresso Nacional virar uma grande feira, uma grande feira de votos para Presidente da República, em que vão negociar cada "naquinho" do Estado, cada pedacinho do Estado por um Deputado. Hoje, existem cargos públicos ocupados por pessoas que não têm qualificação técnica para esses cargos, com uma indicação de um Parlamentar, com uma indicação de um partido; mas existem outros cargos públicos que são ocupados por pessoas técnicas, qualificadas. Com eleições indiretas, cada pedacinho do Estado vai ser negociado por um Deputado; o interesse público maior vai ficar deixado totalmente de lado; vai piorar o que já é muito ruim, que é o que temos hoje. Na minha concepção, isso aqui vai virar uma grande feira. Espero estar enganado, mas vai ser uma coisa, na minha concepção, muito ruim para o País nós termos eleições indiretas. Se fosse no último ano, aí, tudo bem, aí não dá mais tempo. Agora, você, durante um ano e meio, ter um Presidente eleito de forma indireta, tendo que agradar não a população, mas agradar a Parlamentares, isso na minha concepção não é correto, não é o que melhor atende ao interesse público e não é o mais justo, pelo menos na minha opinião.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Ex^a está corretíssimo.

Quero dizer ao senhor que, agora, no dia 6 de julho de 2017, o Governo remanejou R\$396 milhões. Tirou de vários ministérios – eu ainda vou falar sobre isso aqui – e dirigiu-os para emendas parlamentares, para satisfazer esses Parlamentares.

O Governo está utilizando toda sua máquina para tentar salvar sua pele. Estão dando R\$10 bilhões de anistia a ruralistas, que devem à Previdência Social. No momento em que apertam os mais pobres, eles fazem essa negociata.

E o que eles estão querendo agora é o seguinte: se a Câmara autoriza o processamento de Michel Temer, Michel Temer fica afastado por seis meses; entra Rodrigo Maia. Não há nem eleição indireta; eleição indireta é só depois. Vai ser um Presidente fraco; é o mesmo projeto.

Então, eu acho que a gente tem que ter coragem e levantar esse movimento com cada vez mais força, porque, volto a dizer: Rodrigo Maia não é saída de nada, não é solução para nada num



momento como este; só um Presidente vindo eleito das urnas, com a força do voto popular, pode tirar o País dessa crise.

Agora, Senador Reguffe, fico muito preocupado com o que acontece com o País. Este País, há três ou quatro anos, voava, era um país reconhecido internacionalmente, com as suas políticas de inclusão social.

Eu li, muito preocupado, no jornal *O Globo*, ontem, uma matéria sobre a volta da fome. É isto: são 14 milhões de desempregados, 2,5 milhões de desempregados a mais no Governo do Temer; e nós estamos vendo nas ruas, de forma visível, o aumento da pobreza. Saiu uma matéria, no jornal *O Globo* de ontem, que fala do mapa da fome, que foi uma vitória nossa, do Brasil: há três anos, conseguimos sair do mapa da fome. E, agora, estamos voltando!

O que diz essa matéria aqui? Há um trecho que eu vou ler:

Três anos depois de o Brasil sair do mapa mundial da fome da ONU – o que significa ter menos de 5% da população sem se alimentar o suficiente –, o velho fantasma volta a assombrar famílias [...]. O alerta, endossado por especialistas ouvidos pelo Globo, é de relatório produzido por um grupo de mais de 40 entidades da sociedade civil, que monitora o cumprimento de um plano de ação com objetivos de desenvolvimento sustentável acordado entre os Estados-membros da ONU, a chamada Agenda 2030. O documento será entregue às Nações Unidas na semana que vem, durante a reunião do Conselho Econômico e Social, em Nova York.

Olha aqui que vergonha: estamos voltando para o mapa da fome! Traz a matéria também uma análise de Francisco Menezes, que é Coordenador do Ibase. Diz ele:

Quando o país atingiu um índice de pleno emprego, na primeira metade desta década, mesmo os que estavam em situação de pobreza passaram a dispor de empregos formais ou informais, o que melhorou a capacidade de acesso aos alimentos. A exclusão de famílias do Bolsa Família, iniciada ano passado [pelo Governo do Temer], e a redução do valor investido no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar [...], que compra do pequeno agricultor e distribui a hospitais, escolas públicas e presídios, são uma vergonha para um país que trilhava avanços que o colocava como referência em todo o mundo.

Sr. Presidente, eu tenho aqui outros números que nós conseguimos: de 2002 a 2014, nós tivemos uma queda de 82% na pobreza no País. Foi o maior salto entre os maiores países. Segundo o Banco Mundial, a pobreza crônica no Brasil caiu de 8,2% para 1% de 2003 a 2015. Olha a situação! Mas não é só isso. Não é só isso. Eu estou com os números agora dos cortes brutais feitos por este Governo no orçamento.

Está tudo parado! Não é só a emissão de passaporte; não é a Polícia Rodoviária Federal que não está fazendo mais as ações que fazia. Na verdade, está tudo parado. Olha aqui: hoje, a Instituição Fiscal Independente apresentou um relatório sobre esse último período do ano, de janeiro para cá. No Ministério das Cidades, o corte em relação a janeiro e maio de 2016 foi de 55,2%, caíram investimentos de R\$4,6 bilhões para R\$2,92 bilhões; no Ministério dos Transportes, há queda de 37%; no Ministério da Defesa, há queda de 42%. Em todos os ministérios, o Governo está completamente paralisado.



E eu ficava vendo esse pessoal, porque esse pessoal é o mesmo que dizia que, na época da Presidenta Dilma, ela fez ganância em 2015, gastou muito. Não, ela não estava gastando. Estava havendo frustração de receitas, por causa da recessão econômica. Agora também, senhores, há frustração de receitas. Só que essa política de austeridade, de cortes, só vai agravar o problema econômico. A gente tem que ter coragem de fazer diferente, de fazer política fiscal anticíclica, de, num momento como este, aumentar investimento público, aumentar gasto social. O Presidente Lula, naquela crise de 2009, ampliou o gasto social em 10%. Era o que ele dizia sempre: "Colocar dinheiro na mão do pobre estimula a economia."

O comandante do Exército foi à Comissão de Relações Exteriores e afirmou que o orçamento de sua pasta só dá até setembro. Depois ele não sabe como vai fazer. Amanhã vai haver uma audiência pública da CCT, com representantes da comunidade científica, porque a pasta de Ciência e Tecnologia sofreu um corte de 44%!

O Presidente da Academia Brasileira de Ciências, Dr. Luiz Davidovich, disse o seguinte: "Se estivéssemos em guerra, poderíamos pensar que essa era uma estratégia de uma potência estrangeira para destruir o nosso País. Mas, em vez disso, somos nós fazendo isso para nós mesmos." É um crime! Não há governo! Piora tudo! Essa frase aqui, de Luiz Davidovich, é a melhor definição para o governo que esse golpe está promovendo: uma guerra contra o povo do Brasil, uma guerra contra a soberania nacional.

Minha Casa, Minha Vida. Vamos lá! Há hoje uma matéria do jornal *Valor Econômico*, sobre o Minha Casa, Minha Vida. A redução da faixa 1, que é a dos mais pobres, foi de 51% em relação a 2016. Em relação a 2014, é de apenas um décimo o que eles estão gastando aqui. A Farmácia Popular, que disponibilizava remédios gratuitos ou a preços reduzidos para cerca de 10 milhões de pessoas, as mais pobres, foi extinta por este Governo. O Mais Médicos sofre com atrasos constantes de salários de médicos e anúncio de cortes do orçamento. Isso aqui vai acabar. É questão de tempo. O Ciência sem Fronteiras já está extinto. Até dinheiro para a emissão de passaportes havia acabado. Tiveram que fazer um remanejamento.

E nem vou falar aqui da situação dos Estados, porque isso aí seria um outro discurso, e eu quero voltar ao tema, principalmente sobre o meu Rio de Janeiro e o problema da segurança pública. O que está acontecendo no Rio de Janeiro é um absurdo total. A quantidade de pessoas que estão morrendo de balas perdidas, crianças, escolas que estão sendo fechadas, porque não têm condições de sobreviver no meio de tanta violência...

Aqui, o INSS. Vamos lá. O INSS também... Segundo fontes do INSS, o Ministério do Planejamento cortou mais de 40% dos recursos disponíveis para funcionamento das agências do INSS. Há mais de três meses, o Presidente da instituição, Leonardo Gadelha, vem conversando com o Planejamento, em busca de uma solução, pois o dinheiro disponível para manter os postos de atendimento abertos praticamente acabou. Se nada for feito nas próximas semanas, o INSS terá que anunciar um plano especial, para atender à população.

Só para concluir, Presidente, a Polícia Rodoviária Federal reduziu o policiamento por falta de verbas. A corporação anunciou redução imediata no patrulhamento de estradas com viaturas e desativação de unidades em todo o País.

Eu agradeço muito à Senadora Ana Amélia. Vou concluir nesse tempo para falar novamente do tamanho da irresponsabilidade de todo esse processo, porque não há um governo – não há um



governo –, não há um rumo. O rumo é a destruição do Estado nacional e do Estado de bem-estar social, é a retirada de direitos. Eles não estão preocupados com o povo, estão querendo falar para o tal do mercado, para passar segurança ao mercado.

E o Temer? O que o Temer quer deste Senado? Quer o Senado de joelhos, porque um dia depois da leitura do relatório de Sergio Zveiter – que está sendo feito agora, neste momento, em que ele pede, autoriza o processamento do Presidente da República –, no outro dia, o Temer quer criar um fato político aqui, quer que a gente aprove uma reforma trabalhista sem modificar nada, para que ele possa dizer ao Deus mercado que ele ainda tem força de levar as reformas para frente. É isso aqui que está em jogo.

Eu encerro aqui a minha fala, Senadora Vanessa Grazziotin, dizendo que nós vamos apelar muito ao Senador Eunício Oliveira: o Senado Federal não pode aceitar isso! No outro dia em que a Câmara decide, na CCJ, autorizar o processamento do Temer, ele quer tirar deste Senado Federal aqui – envergonhado, de joelhos – o fato político para dizer que seu Governo ainda está vivo? Não!

Eu faço um apelo, é uma maldade contra os trabalhadores brasileiros. Até Armínio Fraga, Senador Alvaro Dias, falou agora há pouco que a pejotização é um problema, porque a pejotização é um problema para a arrecadação. E nós estamos transformando tudo em PJ. Essa figura autônoma exclusiva de que eu falo é o seguinte: uma empregada doméstica agora pode ser contratada como autônoma exclusiva. Autônomo, todo mundo sabe o que é, é quem trabalha para várias pessoas. O autônomo exclusivo trabalha para um patrão só. Só que ela vai perder o quê? Não vai receber décimo terceiro, não vai receber férias, não vai receber FGTS. É isso o que está em jogo.

O tal do trabalho intermitente... Pouca gente sabe, mas o trabalho intermitente agora é o empresário que o chama e você passa a receber por hora. Nem o salário mínimo – que é um direito do trabalhador na Constituição – está assegurado, porque você vai trabalhar por hora. E o patrão diz: "Amanhã eu quero você de seis às dez da noite; depois de amanhã, de oito ao meio-dia." O trabalhador não consegue planejar a sua vida.

E a terceirização é indiscriminada. Hoje há 26% dos trabalhadores brasileiros terceirizados. Se esse projeto passar, em cinco anos, vai haver 75%. E quem é terceirizado sabe do que eu estou falando: você não tem direitos, você recebe menos. Há um estudo do Dieese que diz que um trabalhador terceirizado recebe, em média, 24% a menos do que o outro trabalhador que é contratado de forma direta, trabalha três horas a mais. Quando há acidente de trabalho, você vê: de dez empresas, de dez casos de acidentes de trabalho, nove são empresas terceirizadas. Eu, aqui no Senado, já vi muito, quantas vezes empresa terceirizada quebra e não paga nada para o trabalhador?

O que está por trás de tudo isso pessoal, no momento em que a gente vive, é esse interesse de atacar os trabalhadores, de reduzir o custo do salário, de reduzir o custo do trabalho. Eles estão querendo sair da crise assim – o grande capital –, apertando o povo trabalhador.

E o Temer? O Temer é uma figura menor, que vai entrar para a história num papel terrível, como um golpista. Está agora tentando vender, comprar votos. Não vai conseguir.

Eu encerro, dizendo que Rodrigo Maia também não resolve. Só há um jeito: é deixar o povo decidir, fazer uma grande campanha pelas eleições diretas. Fora Temer! Fora Rodrigo Maia! Diretas já!

E espero que este Senado tenha o juízo neste momento de suspender a tramitação dessa criminosa reforma trabalhista.



(Durante o discurso do Sr. Lindbergh Farias, o Sr. Eduardo Amorim, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Ana Amélia.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS)
– Obrigada, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ.
Fora do microfone.) – Eu que agradeço a senhora.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS)
– Convido para fazer uso da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin. Seria agora o Senador Eduardo Amorim, mas, como ele teve de receber e queria saudar os visitantes que estão nos dando a honra e o prazer dessa visita aqui no plenário, nessa segunda-feira, então, a Senadora Vanessa Grazziotin é que está inscrita como oradora inscrita. O Senador Lindbergh fez uma permuta com o Senador Hélio José. A Senadora Vanessa agora é a próxima oradora, e eu serei, Senador Alvaro Dias, pelas inscrições, a próxima e V. Ex^a é o sexto orador.

Então, eu peço a V. Ex^a, Senadora Vanessa Grazziotin... Depois eu peço até o apoio do Senador Alvaro Dias para, depois da Senadora Vanessa, assumir a Presidência para eu falar, e chamo V. Ex^a, se assim entender por bem.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, como oradora inscrita.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM.
Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr^a Senadora Ana Amélia.

Srs. Senadores, companheiros e companheiras, antes de falar, de iniciar aqui minha fala também sobre a reforma trabalhista, Senador Lindbergh, porque todos os oradores que falaram até este instante abordaram exatamente as questões relativas à reforma trabalhista, por uma razão clara e evidente: é que infelizmente está marcada para amanhã, numa sessão extraordinária, que deverá iniciar às 11 horas da manhã, a votação da reforma trabalhista.

Antes de abordar os aspectos relativos a esse projeto, um projeto que não só destrói a CLT, mas que destrói os direitos dos trabalhadores e o próprio Estado brasileiro, a capacidade de agir do Estado brasileiro, eu passo a fazer um rápido relato de uma importante reunião, Senadora Ana Amélia, que tivemos nesse final de semana.

De sexta ao dia de ontem, domingo, reunimos o Comitê Central, a Direção Nacional de meu Partido, o Partido Comunista do Brasil. Foi uma reunião importante que não apenas debateu as teses para o 14^o Congresso, que já está convocado, a partir dessa reunião e cujo processo se inicia agora e será concluído em meados do próximo mês de novembro, com a plenária final que acontecerá aqui em Brasília. Sem dúvida nenhuma, esse será o processo de congresso, eu não diria tumultuado, mas aquele cujo debate político será extremamente vivo, porque a conjuntura que vivemos no País é uma conjuntura que está em permanente modificação.

Toda conjuntura obviamente é móvel, não é estática, mas as mudanças que nós estamos vendo ocorrer no Brasil, os fatos têm ocorrido com uma velocidade que poucos alguns anos atrás imaginariam. Veja, não faz um ano ainda que o golpe contra uma Presidenta eleita foi consolidado. E o que o Congresso debate neste momento? A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, se ainda não está, deverá logo mais estar reunida, já para tomar conhecimento do relatório do Deputado Zveiter a respeito da aceitação, da admissibilidade ou não do processo contra



o Presidente Michel Temer. Caso a Câmara dos Deputados admita que o Presidente Temer poderá ser processado, poderá responder a uma ação judicial perante o Supremo Tribunal Federal, ele terá que deixar a Presidência da República.

Então, veja, é uma conjuntura extremamente dinâmica e uma conjuntura que tem, pela sua dinamicidade, pelo tamanho da crise, das várias crises concomitantes que nós estamos vivendo, prejudicado, sobretudo e principalmente, o trabalhador e a trabalhadora mais humilde do nosso País. São esses que sofrem com os 14 milhões de postos de trabalho sendo perdidos. São estes, a gente mais simples, a gente mais humilde do País, exatamente aqueles que não têm responsabilidade nenhuma, nem pela crise econômica, muito menos pela crise política e ética.

Mas, enfim, Sr^a Presidente, foi um debate que eu reputo como um debate também muito vivo. E o que eu gostaria aqui publicamente de caracterizar é a unidade que o nosso Partido, o PCdoB, tem, porque, mesmo com uma ou outra divergência, o que marca, o que tem marcado os nossos eventos, os nossos debates, as nossas discussões é exatamente a unidade e a assertiva que nos leva a todos a ter uma mesma leitura do quadro político conjuntural.

Então, nós estaremos a partir de agora debatendo, e não apenas vamos debater com os filiados do PCdoB, não; com os militantes, não. Nós vamos levar as nossas teses para serem debatidas nos quatro cantos de cada uma das cidades brasileiras. Queremos discutir com os operários, mesmo com aqueles não filiados ao partido. Queremos discutir nas universidades com os intelectuais. Queremos discutir com os trabalhadores em educação, todos eles da rede pública ou da rede privada. Queremos discutir com todos porque o que mais o Brasil precisa agora é discutir a situação política que nós vivemos para poder construir um futuro, um futuro mais promissor, um futuro onde a gente possa continuar a trabalhar no enfrentamento das diferenças sociais, das diferenças que existem ainda no Brasil entre as mais diversas não só classes sociais mas também segmentos da sociedade. Infelizmente, o que vemos é que nós estamos vivendo um grande, um grandioso retrocesso. E a reforma trabalhista, assim como foi a PEC 95, a Emenda à Constituição n^o 95, aquela que limitou os gastos públicos, sem dúvida nenhuma, tem sido um grande retrocesso para o nosso País.

As nossas teses são, Sr^a Presidente, Srs. Senadores, companheiros e companheiras, são apresentadas em quatro eixos.

No primeiro eixo, discutimos muito o quadro internacional, porque não vivemos numa ilha, isolados do mundo, não. Obviamente que tudo aquilo que acontece no mundo traz um reflexo imediatamente significativo também para o País. Então, fazemos uma análise de conjuntura bem consistente.

O segundo eixo, aliás, tanto o segundo quanto o terceiro eixos, são questões relativas ao País, à nossa vivência e ao desenvolvimento do País nos últimos anos. Fazemos um balanço inicial ainda, não é aquele balanço, certamente, que necessitaremos fazer, mas o início de um balanço importante de tudo que aconteceu durante o período dos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, assim como – também terceiro eixo, avaliando a situação nacional –, abordamos o aspecto que levou Michel Temer a assumir o poder e o que vem acontecendo desde o momento em que ele assumiu o poder.

E, por fim, o nosso quarto eixo é debater exatamente as questões relativas ao Partido, ao fortalecimento da nossa organização num momento tão difícil, porque sabemos que a população



brasileira, diante dos fatos, das revelações, da corrupção desenfreada, a primeira reação da população tem sido exatamente a de repudiar as organizações partidárias – e a de repudiar a própria política.

E nós entendemos que, pelo contrário, quanto maior é a crise, maior tem que ser o interesse da população em conhecer, em se vincular àqueles partidos políticos que ela considera com capacidade de superar, de ajudar a Nação, de ajudar a nossa população a superar a crise.

Nós do PCdoB vivemos muitos, muitos desafios, vivemos muitos problemas. Somos, sem dúvida nenhuma, o Partido mais antigo do Brasil, porque aquele partido comunista, que foi fundado lá em 1922, é exatamente o Partido Comunista do Brasil, que tinha a sigla PCB, mas que era o Partido Comunista do Brasil, esse que existe até os dias atuais.

Mas, apesar de sermos o mais antigo em atividade no Brasil, nós, infelizmente, vivemos grande parte da nossa existência na clandestinidade, com militantes sendo perseguidos, mortos. Mas nem isso fez com que os nossos deixassem a luta em defesa das liberdades, em defesa da democracia.

E, por fim, Sr^a Presidente, depois de ele reconquistar a legalidade e de apoiar o Presidente Lula desde a sua primeira candidatura em 1989, em 2002 tivemos uma grande vitória, que foi a sua eleição à Presidência da República. E, em que pesem vários problemas, erros que houve durante o seu período e o período da Presidenta Dilma, os acertos também foram extremamente significativos, tão significativos que o Brasil saiu do Mapa de Pobreza. O Brasil saiu do Mapa de Pobreza.

Infelizmente, qual a notícia estampada em todos os jornais do dia de ontem, domingo, dia 9 do mês de julho? Qual a manchete de todos os jornais? O Brasil volta a figurar, tem grande possibilidade de voltar a figurar no Mapa de Pobreza – onde um número significativo da nossa gente, da nossa população se aprofunda na mais absoluta miséria e pobreza. Lamentável.

E aí, Sr. Presidente, falando do retorno, infelizmente, do Brasil ao Mapa de Pobreza, eu inicio, com essa observação, alguns comentários sobre a reforma trabalhista, Senador Lindbergh, que fez um belo pronunciamento. Gostaria muito de ter feito um aparte a V. Ex^a, mas infelizmente tive que receber pessoas no meu gabinete e não pude fazê-lo, mas pude acompanhar parte do seu pronunciamento.

O que disse ao Senador Paulo repito a V. Ex^a: assino embaixo, porque na realidade nós não estamos aqui lutando contra um projeto para ver um Governo derrotado. Não, este Governo já está derrotado. Ele não precisa mais que as oposições, que nós, que não aceitamos e que até hoje não reconhecemos a legitimidade desse Governo, façamos qualquer ação para derrubar o Governo. Não! Porque, assim como ele traiu uma Presidenta que foi eleita e tramou para assumir o poder, Senador Lindbergh, hoje ele está sendo traído. Hoje ele está sendo traído pela sua Base. Não apenas Parlamentares do seu partido, mas de partidos aliados que eles consideram importantes, como o PSDB, que já abandonou o Michel Temer há muito tempo. Enquanto ele está lá obrigando o PR a mudar os nomes dos Deputados da Comissão de Constituição e Justiça, o PSDB diz em alto e bom som que, dos sete representantes do partido, na Comissão de Constituição e Justiça, pelo menos seis, ou seja, a grande maioria, deverão votar a favor da admissibilidade do processo contra Michel Temer.

Então, veja, ele sofre hoje o que ele próprio fez contra uma Presidenta legítima. E por que eles fizeram isso tudo? Porque eles tinham um programa. O que os unificava não era a competência de A ou B, não; o que os unificou à época... E a gente fica rouco de tanto falar – não é Senador Lindbergh, porque num primeiro momento ninguém nos ouvia? –, mas agora é a própria população



brasileira que passa, ela mesma, a ter a convicção de que todo o objetivo de desestabilizar a Presidenta Dilma, de substituí-la pelo Temer, nada mais era do que aproveitar a ponte, porque eles escreveram, eles disseram isso, para aprovar as reformas.

Só que não são reformas modernizantes. Não são reformas a favor do desenvolvimento do Brasil com inclusão social. Pelo contrário, são reformas que representam um retrocesso. O que nós precisávamos enfrentar no Brasil era o capital financeiro, o capital especulativo. Esse, sim, suga dinheiro dos cofres públicos, desvia o dinheiro que tinha que ser do povo para enriquecer uma meia dúzia de banqueiros.

Mas esse Governo não quer enfrentar esse problema, esse Governo prefere enfrentar os milhares e milhares de brasileiras e brasileiros que vivem com um, dois ou três salários mínimos e querem impor as reformas, como a da Previdência, exigindo não só trabalho, mas contribuição por 49 anos.

E mentem com esta Cartilha – esta é a Cartilha, Senadores, divulgada pelo Governo Federal –, dizendo que a reforma do trabalho é a modernização trabalhista. Isso não é verdade.

E eu quero cumprimentar o Senador Alvaro, que acabou de me informar que já comunicou, lá no seu Estado, sua posição contrária a essa reforma.

Parabéns, Senador Alvaro! Eu sei que V. Ex^a, como todos nós, não tem aversão a reformas, sobretudo no mundo do trabalho e das relações de trabalho. Nós não temos aversões, ou aversão a reformas. Agora, queremos, de fato, reformas modernizantes. Queremos, de fato, reformas que ajudem a melhorar a produtividade – a produtividade no Brasil. E isso não está contido no projeto.

Pelo contrário, o projeto é muito benevolente, Senador Lindbergh, sabe com quem? Com as tais filantrópicas. E aqui eu quero me dirigir não às verdadeiras filantrópicas, porque nós sabemos, existem unidades, hospitais, unidades de saúde de fato filantrópicas, que não têm no lucro o seu objetivo principal. Mas têm, sim, na assistência social. Agora, a maioria das filantrópicas do Brasil são empresas privadas que visam ao lucro, mas que se escondem atrás dessa carapuça de empresa filantrópica.

Pois bem, o projeto só é benevolente com essas empresas, porque, aprovado do jeito que está, as filantrópicas estarão livres do depósito recursal. Ou seja, se trabalhadores entrarem na Justiça contra a empresa, toda empresa tem que fazer um depósito. Ela quer entrar com recurso, pode, mas tem que depositar um determinado valor. As filantrópicas, Senador Lindbergh, não farão mais isso, não farão. Mas mais: todo o patrimônio das filantrópicas estará imune à penhora. Não poderá ser penhorado. Veja, para esses é benevolente.

Enquanto faz isso, cria a figura – eu chamo a atenção, e aliás o primeiro que me chamou a atenção foi o Senador Lindbergh – do autônomo exclusivo. Mas não é só autônomo exclusivo; é autônomo exclusivo e contínuo. Primeiro, autônomo todo mundo sabe o que é: alguém que tem liberdade para trabalhar para quem quiser, o tempo que quiser e por quanto quiser. Agora, não; eles estão transformando esse autônomo num trabalhador precarizado, num trabalhador que terá, sim, um patrão.

E eles podem até tirar, eles admitem – não eles –, mas admitem pedir do Presidente Temer, que eu não sei até quando será Presidente. Dizem alguns, aliás, o Líder, um ex-Líder do PSDB, Cássio Cunha Lima, diz, numa entrevista de viva voz, que esse Presidente não dura 15 dias. É para ele que vão mandar um projeto a ser consertado? Um projeto criminoso contra o Brasil e os trabalhadores?



Então veja, o autônomo é isso, mas eles criam a tal da modernidade, que são novas relações de trabalho.

Eu vou conceder o aparte a V. Ex^a, Senador Lindbergh.

Mas só que essa nova relação de trabalho é o autônomo, aquele que trabalha – entre aspas – "por conta própria", mas que terá um patrão num lugar certo de trabalho. Aí, o que é que ele perde com isso? Décimo terceiro, férias, seguro-desemprego, licença-maternidade, perde tudo.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perde tudo. Isso que, para eles, é o moderno? Não, isso é tirar direitos.

Por isso, Senador Lindbergh, eu digo e repito o que nós temos dito: minha gente, trabalhadores e trabalhadoras, olhem para os seus Senadores. Eu e o Senador Eduardo Braga votaremos contra. O Senador Omar me falou também que não é contra a reforma trabalhista, mas há muitos pontos com que ele não concorda, e, se o Senado não topar fazer as mudanças aqui, ele vai votar contrariamente. O Senador Omar Aziz me disse isso. Então é isso que nós temos que fazer. Vamos olhar para a nossa gente, para quem precisa.

E eu concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vai ser muito rápido, Senadora. V. Ex^a falava do autônomo exclusivo. Esse é o caso da pejotização. Estão tentando dizer que é um empresário uma pessoa que não é empresária e que vai perder décimo terceiro, férias, FGTS. Você sabe que o Armínio Fraga deu uma declaração agora, em uma entrevista de rádio, em que ele diz o seguinte: que é contra a pejotização, porque isso vai dar um impacto muito grande nas receitas. É claro que vai ter impacto nas receitas.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E eles dizem que não vai pejotizar. Mentira, vai pejotizar!

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro, o autônomo exclusivo é isso. Eu estou falando isso, porque... O Armínio Fraga e eu temos posições diferentes na economia. Mas é por causa disso, Senadora, que nós entramos com um mandado de segurança e estamos com uma expectativa muito grande de o Supremo decidir a nosso favor, porque está expresso. Na votação daquela PEC dos gastos, da Emenda Constitucional 95, foram colocados na Constituição os arts. 113 e o 114, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dizendo que todo projeto tem que vir com os dados, mostrando o impacto orçamentário e financeiro, e não veio! E vai haver um impacto muito grande na receita com essa pejotização, por exemplo, e com vários casos. Eles não apresentaram... O art. 114 diz o seguinte: um quinto dos Senadores pode entrar com um requerimento e paralisar a tramitação por 20 dias. Um quinto dos Senadores são 16; nós entramos com um requerimento assinado por 19 Senadores. Então, o direito é muito bom para a gente. E eu tenho muita esperança de que a gente consiga uma vitória nesse mandado de segurança, porque seria fundamental: eles teriam que apresentar o impacto financeiro e, só depois disso, poderia ser votado. Eu encerro falando desta minha esperança: eu espero que, ainda hoje no final da tarde, saia uma decisão favorável a nós nesse processo.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu também, Senador Lindbergh.



E veja V. Ex^a, isso é um direito. Aliás, nós lutamos contra essa PEC, porque achamos um absurdo, em um momento de crise econômica, enquanto deixam o dinheiro jorrar para os juros, para os banqueiros, retirarem da educação... É a Polícia Rodoviária Federal, é a Polícia Federal, é o Ministério Público, é a educação, é a saúde que não têm dinheiro. As farmácias populares estão fechando, Senador. Nós votamos contra isso. Agora, eles, que votaram a favor, passam por cima da lei.

E é bom que diga: nós também não...

(Interrupção do som.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... não achamos que seja prudente que haja uma intromissão do Judiciário sobre o Legislativo. Entretanto, nobre Senador, o que alega o mandado impetrado pelo Partido dos Trabalhadores é exatamente o descumprimento da Constituição Federal. É isto: o que se pede é apenas que a Constituição seja cumprida.

Então, subam à tribuna e digam, mas não só digam para população – aqueles que defendem o projeto... Primeiro, defendam mesmo; não fiquem apontando críticas e colocando no Temer a esperança de que ele vá vetar. Não façam isso. É um Presidente que vai dizer que foi traído por sua Base; e, para quem foi traído, trair é um passo adiante.

Ué, o acordo deles, Senador Lindbergh, não era deixar o Temer Presidente? Mas eles não estão traindo o Temer, abandonando o Temer? O que o Temer pode fazer como resposta à traição? Outra traição: não veta nada; não faz medida provisória. É bacana para o Parlamento brasileiro... Bacana, não é?

Então, é isso.

Nesse minuto, Senador...

(Interrupção do som.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Apenas um minuto, se V. Ex^a me conceder, só para *(Fora do microfone.)* ...poder engatar a minha conclusão e fazer um chamamento.

E concluo cumprimentando V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, porque sei das suas opiniões. E sei que, como V. Ex^a, outros Senadores estão tomando essa atitude, porque não acham correto votar um projeto ruim, péssimo – um projeto que prejudica trabalhador, que prejudica a Previdência, que prejudica o Brasil –, para que depois aquele Presidente, que está mais caindo do quem em pé, resolva um problema que foi criado pelo Parlamento.

Como os senhores e as senhoras vão se dirigir a sua gente em seus Estados? "Não, eu sei que era ruim, eu sei que era muito ruim, mas havia um acordo para ele vetar." Que acordo é esse? A tarefa de legislar é nossa, e nós não podemos abrir mão disso.

Então, vamos aprovar as tantas emendas que as senhoras e os senhores mesmo apresentarem no dia de amanhã e não deixar que esse monstro siga para ser sancionado pelo Presidente.

Muito obrigada.

(Durante o discurso da Sr^a Vanessa Grazziotin, a Sr^a Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias.)



O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PODE - PR) – Agradecemos ao grupo de turistas de vários países da agência de turismo Vera Lúcia, que se encontra assistindo a esta sessão plenária do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim, inscrito para uma breve comunicação.

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PODE - PR) – Sejam bem-vindos à nossa Casa.

Hoje é uma segunda-feira de plenário esvaziado já que não há deliberação. As sessões deliberativas ocorrem nas terças, quartas e quintas-feiras. Por isso, hoje temos um plenário esvaziado, mas com os Srs. e as Sr^{as} Senadoras fazendo seus pronunciamentos.

Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colega Senador Alvaro Dias, todos que nos acompanham aqui nas galerias do Senado, todos que nos acompanham também pela Rádio Senado, pela TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais, colegas Senadores, hoje minha fala é uma fala de agradecimento.

Faço um agradecimento à comissão organizadora do 4º Congresso da Sociedade Brasileira de Médicos Intervencionistas em Dor e do 3º Congresso do Capítulo Brasileiro do *World Institute of Pain*, realizado, no último final de semana, em Campinas, São Paulo, pelo honroso convite, Senadora Ana Amélia, para que eu ministrasse uma palestra e falasse sobre a dor social, a dor coletiva, a dor de todos. E agradeço, mais uma vez, a toda a Diretoria Executiva da Sobramid, em nome do colega anesthesiologista Charles, do Paulo e do Dr. Fabrício.

Com certeza, esse foi e é um dos eventos científicos brasileiros na área da dor mais importantes. Ele trouxe, em sua grade de palestras, temas de imensa importância para atualização e discussão do que de mais moderno vem sendo realizado no Brasil e em diversos cantos do Planeta.

O evento contou com altíssimo nível de palestrantes nacionais e internacionais, a exemplo de médicos colegas dos Estados Unidos, de Portugal, da Coreia do Sul, da África do Sul, da Argentina, da Holanda, do México e da Espanha; este, para mim, muito especial. Refiro-me ao colega, ao sempre mestre Dr. Luis Alfonso Moreno Cuartas, especialista sênior do serviço de Anestesiologia e Reanimação e Clínica de dor do Hospital Clinic de Barcelona, que foi um dos pioneiros no uso de procedimentos minimamente invasivos e um dos meus professores na Espanha, em minha especialização em Algologia. *Algo* vem do grego e significa dor, e *logia* significa estudo; portanto, estudo da dor.

Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, o foco das discussões foram os procedimentos da Medicina Intervencionista na Neuromodulação e na Medicina Regenerativa, além de uma importante discussão sobre uma possível uniformidade nas solicitações para liberação de procedimentos junto a convênios. E, em meio a esse contexto técnico-científico, fui convidado para falar de um tema que já há algum tempo venho defendendo: a dor social.

A dor social, antes mesmo de ser tema das minhas monografias de graduação no curso de Direito e na pós-graduação também em Direito, foi a minha real motivação para ingressar na política, por perceber aí a possibilidade de tratar a dor coletiva, a dor de todos.



De que dor estou falando? A dor do desemprego, a dor da violência, a dor de saber que, embora tenhamos o privilégio de estar pisando, Senadora Ana Amélia, as melhores terras de todo o Planeta – aqui não há *tsunami*, não há maremoto, não há terremoto, não há vulcões; aqui, há, sim, terras férteis; em qualquer lugar deste País em que se planta, com certeza, basta irrigar e vai colher, e colher muito bem –, lamentavelmente, após quase 30 anos da Constituição cidadã, instrumento indiscutível de fundamental importância à consolidação do Estado democrático de direito no Brasil, verifica-se, Senador Alvaro Dias, infelizmente, que muitas das aspirações idealizadas pelo Legislador constituinte, em especial as questões dos direitos ditos sociais, ainda batalham por efetividade.

Sabemos que o único remédio para tratar a dor social são as nossas escolhas. Não temos o direito de desistir. (*Pausa.*)

Perdoem-me. É a garganta que começa a falhar – a secura de Brasília, o tempo frio de Brasília.

Engana-se, Senadora Ana Amélia, quem pensa que a miséria e a pobreza nascem do nada. Na verdade, elas são um alerta de que alguma coisa vai mal, sobretudo no tecido social.

Sr. Presidente, fiquei imensamente grato pelo honroso convite para o 4º Congresso da Sociedade Brasileira de Médicos Intervencionistas em Dor e do 3º Congresso do Capítulo Brasileiro do WIP, para defender esse tema que a mim é tão sério e fruto, com certeza, de muitos anos de estudo.

A todos que fazem aquela sociedade, parabéns e obrigado pela oportunidade.

E que saibamos, no cumprimento da nossa missão, de Parlamentar sobretudo, defender a dor de todos, tratar a dor de todos, da forma, Senadora Ana Amélia...

(*Interrupção do som.*)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – ... da forma, Senador Alvaro Dias, Senadora Ana Amélia, mais coerente possível, sem tantos espetáculos, mas com a sinceridade sempre estampada nas nossas atitudes, nos nossos gestos, na defesa, sobretudo, do sofrido – e muito sofrido – povo brasileiro. Eles não merecem passar por todas essas crises por que estão passando.

Nós não merecemos isso, Senador Alvaro Dias, mas, com certeza, o único remédio é a escolha, como disse o poeta e escritor William Ernest Henley no seu poema "Invictus":

[...]

Eu sou dono e senhor de meu destino;

Eu sou o comandante da minha alma.

E, portanto, através das minhas escolhas, terei um destino certo e chegarei à dignidade tão merecida.

Que o povo brasileiro saiba tirar essa lição de todo esse sofrimento e, no ano que vem...

(*Interrupção do som.*)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – ... dê uma resposta àqueles que verdadeiramente merecem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PODE - PR) – Agradecemos ao Senador Eduardo Amorim e passamos a palavra à Senadora Ana Amélia, como oradora inscrita.

V. Ex^a tem a palavra pelo tempo regimental ou, se necessário, com direito à prorrogação.



A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Alvaro Dias, pela antecipada generosidade com o tempo nesta tribuna.

Caros telespectadores da TV Senado, colegas Senadores e Senadoras, nossos ouvintes da Rádio Senado, eu tenho, nesses últimos dias, Senador Alvaro Dias, convivido com duas manifestações de tristeza. A primeira, como jornalista que fui, durante várias décadas.

E até muitas, tantas, incontáveis vezes o entrevistei, como repórter, como entrevistadora, comunicadora da Rádio Gaúcha, às vezes acordando muito cedo para ouvi-lo – e tantos outros colegas aqui, do Senado Federal, com os quais hoje aprendo aqui a convivência democrática.

E por que me sinto triste como jornalista que fui durante tantas décadas? Porque está sendo recorrente a manifestação de cidadãos e cidadãs de nosso País que me dizem: "Não estou mais conseguindo acompanhar o noticiário de televisão, estou desligando, usando muito o controle remoto; e também estou diminuindo o volume da emissora de rádio e a leitura de jornal."

E eu fico triste, porque o que é o jornalista, o radialista, o comentarista de televisão a não ser o narrador do que nós estamos vivendo? Só que o que nós estamos vivendo é também, por outro lado, um momento de tristeza para todos nós: um país tão grande, tão extraordinário, convivendo com uma crise tão profunda quanto essa, criando uma situação de aumento de desemprego, perspectiva de aumento também dos problemas sociais, segurança aos frangalhos, segurança pública lamentável, mortes, assassinatos.

A história desse bebê que vai, para o resto da vida, contar o drama que a mãe sofreu com um tiro na barriga, deixando sequelas graves nessa criança. Que Deus e o anjo da guarda protejam esse bebê!

E também a tristeza, agora como Senadora e agente pública, que sinto de ver também o Parlamento, as instituições do Poder Judiciário, o Ministério Público, o Poder Executivo, envolvidos de igual forma num processo de muitas dúvidas na sociedade, quando nós deveríamos ter a obrigação de exercer uma liderança com muita tolerância, com muita perseverança, mas, sobretudo, com muita responsabilidade no trato desta crise.

O que nós estamos percebendo novamente é que está em jogo não o futuro do País, mas estão em jogo muitos e muitos interesses, alguns aparentes, outros nem tanto. E aí é que está o perigo.

Quando nós avaliamos esta crise, nós ficamos a pensar: aquele aliado de ontem é o adversário hoje; e aquele adversário de ontem é o aliado de hoje. Foi o caso do *impeachment* da ex-Presidente da República, um *impeachment* feito sob a guarda da Constituição, sob a égide da lei.

E aí a narrativa se repete. Aquela velha cantilena: "O golpe, o golpe, o golpe." Se fosse um golpe, não estaria sentado aí do seu lado, Senador Alvaro Dias, ao lado do Presidente desta Casa, não estaria essa cadeira ocupada por ninguém mais ninguém menos do que o Presidente da Suprema Corte do País, que não teria aceitado a coparticipação no processo, que foi absolutamente legítimo. E, por incrível que pareça, o que vimos aqui é que aqueles aliados do partido do governo deram as costas e tinham razões de fazer isso. Agora, da mesma forma. Hoje poderá se iniciar o desfecho desta crise e também do próprio destino do Presidente Michel Temer.

Eu sempre fui com o governo Dilma e agora sou uma Senadora independente, para ter exatamente a liberdade de aqui na tribuna ou nas minhas deliberações, nas comissões temáticas da Casa, tratar, com absoluta isenção e autonomia, matérias de interesse nacional.



Agora, no meu gabinete, segunda-feira, está havendo uma audioconferência, para discutir a finalização dos detalhes de uma legislação que trata da regulamentação de uma profissão hoje cada vez mais incentivada, que é a profissão das esteticistas ou dos esteticistas. Mas essa matéria não pode ser feita assim, a toque de caixa. Propus, e foi muito bem aceito, na Comissão de Assuntos Sociais, um debate entre dermatologistas, entre cirurgiões plásticos, entre fisioterapeutas e entre os esteticistas e as esteticistas. Está surgindo um projeto nascido desse entendimento. Isso prova que nós, com liderança, coordenação adequada e responsável, podemos, sim – não porque sou eu que estou fazendo. Qualquer Senador faz dessa forma –, encaminhar uma solução que seja responsável, equilibrada, aceita, pela qual todos saiam, da mesma forma, atendidos.

Cada um cede um pouco e se chega a algum lugar. Quando um puxa a corda e não aceita, nunca se chega a um lugar aceitável. Ou a decisão será no embate, e o embate não é, necessariamente, o melhor caminho para a solução dos dilemas que temos, nas controvérsias que temos, seja para regulamentar uma lei que envolva a regulamentação de uma profissão em nosso País. Isso prova claramente que, de uma coisa singela, se nós fizéssemos isso com essa crise que estamos vivendo, certamente o Senhor Michel Temer não estaria engalfinhado nesse processo.

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara há de, também com independência, com responsabilidade, fazer o que tem que fazer; apreciar, à luz da lei, se deve ou não acolher a denúncia do Supremo Tribunal Federal, como nós aqui acolhemos manifestações da Suprema Corte em relação ao mandato do Senador Delcídio do Amaral, que foi o último que nós votamos aqui, admitindo a prisão e depois propondo a cassação do mandato dele, através do Conselho de Ética desta Casa. Não vou nem discutir o caso Aécio Neves, porque dispensa discussão, embora eu já tenha reafirmado, nesta tribuna, a minha posição, conforme a determinação do Conselho de Ética do Senado Federal. A minha posição é sempre a mesma. A régua é igual em qualquer circunstância, porque não se pode tratar, de maneira diferente, situações que requeiram tratamento privilegiado. A situação é a mesma para casos idênticos, para cassação de mandato, para liberação, para um *impeachment* ou para o afastamento de algum líder de Poder que estejamos apreciando.

É para ver as contradições do sistema político. Tenho andado pelo Rio Grande, mais de 2.000km nas últimas duas semanas, e lá eu não vi as pessoas perguntarem sobre o destino do Presidente Temer, porque as pessoas estão mais interessadas com os seus dilemas, na sua comunidade, no seu dia a dia, na estrada que está faltando, nos entendimentos que estão na fronteira, nos problemas do emprego, com uma série de problemas que afetam o dia a dia das pessoas.

E aí vem aquela constatação de que a economia brasileira está desconectada, ela não está lincada com a crise política. O que é extremamente positivo, porque nós precisamos hoje pensar em relação a preservar esses valores da estabilidade econômica, porque, se houvesse também uma crise econômica associada à crise política, e mais uma crise institucional, e mais uma crise federativa, então este, de fato, seria o pior dos mundos.

É dessa forma que eu vejo, Senador Alvaro Dias. E eu, ao ver uma resposta feita numa entrevista de uma das principais líderes do Partido dos Trabalhadores, fiquei a pensar e a refletir sobre as razões e as causas da crise: não se está fazendo, no Brasil, escolhas pelo interesse público, por um programa em favor do País, mas por um programa de interesse particular de um partido, de uma pessoa ou simplesmente de um projeto de poder.



A pergunta foi esta: há arrependimento da aliança do PT com o PMDB? Olhem o primor da resposta: "Não é uma questão de arrependimento, é uma questão de conjuntura política [é uma questão de conjuntura política]. Naquele momento, era a aliança necessária que tínhamos de fazer para ganhar o governo." E o País? Dane-se o País. E os problemas sociais? Danem-se os problemas sociais. A questão e a prioridade não era fazer o País diferente, mudar, melhorar com reformas, gestão responsável, não. A grande questão e o grande objetivo era ganhar o governo. É exatamente isso que está em jogo neste País.

E eu fico pasma, Senador Alvaro Dias, é com as pessoas que vêm aqui, sobem à tribuna e se revezam falando dos golpistas. Mas que moral têm de falar em golpismo quem fez um golpe na crença da sociedade brasileira de que seria diferente? Eu também fui a Velhinha de Taubaté, eu também acreditei que o partido seria diferente, porque veio pregando honestidade, não conluio, não entrar nessa lambança, nessa promiscuidade com a relação com os grandes grupos. E deu no que deu: buscar o poder. A resposta deveria ser: "Fizemos porque acreditávamos que poderíamos fazer as grandes transformações do País, as transformações sociais."

E agora, quando vem uma proposta para atualizar a reforma trabalhista, vem essa cantilena. Na verdade, essa reforma serviu como uma espécie de boia à maioria das lideranças da oposição, que estavam mergulhadas numa crise de que ainda a sociedade não se esqueceu. Não imaginem que com esses discursos aqui, batendo mão na tribuna, gritando, vociferando, chamando de golpistas, gritando que quem votar a favor está fazendo contra o trabalhador...

Estão sendo desonestos – desonestos –, porque, na Constituição Federal, que trata das cláusulas pétreas, dos direitos sociais da classe trabalhadora brasileira, nenhum item, nenhuma vírgula deste capítulo é mexida, Senador Alvaro Dias, nenhuma vírgula. Lá estão férias, décimo terceiro, remuneração, todas as questões relacionadas aos direitos trabalhistas. Todas elas estão lá contidas, até porque, se houvesse alguma restrição ou alguma alteração nos direitos constitucionais dos trabalhadores, licença maternidade, licença paternidade, adicional de férias, indenização por justa causa, multa de 40%, se houvesse alguma mexida num dispositivo constitucional, nós não podíamos estar votando aqui um projeto de lei, que é legislação infraconstitucional, Senador, nós tínhamos que mudar a Constituição. Mas não é mudar a Constituição, não é tirar direito de trabalhador.

A gritaria maior – e ela se esconde com a capa dos direitos dos trabalhadores – diz respeito tão somente à retirada da obrigatoriedade da contribuição sindical. Essa é a grande verdade, até porque, sentados na obrigatoriedade, esse dinheiro cai direto no sindicato, chova ou faça sol, atenda ou não atenda às demandas legítimas dos trabalhadores, e aí se perpetuam na presidência dos sindicatos. E agora usam o dinheiro para queimar e incendiar a sede do meu Partido, em Porto Alegre, do Partido Progressista, como se isso fosse o bom caminho.

Eu ontem tive e eu tenho tido aqui, Senador, uma preocupação com todas as questões que foram levantadas: sobre a questão relacionada à posição da gestante e lactante em lugar insalubre, tenho dúvida, sempre tive; sobre o trabalho intermitente, sempre tive dúvidas. Acho que o encontro aqui foi adequado, mas também preciso lembrar que Dilma também vetou uma matéria análoga a esta relacionada às gestantes e lactantes. Então, nós precisamos repor a verdade para, em cima da realidade e da verdade, caminharmos e não pormos uma pregação aqui que não se consubstancia no que, de fato, o Brasil precisa em relação a isso.



Conversei, nesse final de semana, com o Juiz do Trabalho do Rio Grande do Sul, Dr. Felipe Lerrer, e ele ponderou, além dessas duas questões de que falei também – é um juiz muito ponderado, com uma posição de muito rigor com a legislação trabalhista –, uma outra questão relacionada à execução de ofício. Isso em relação à legislação da CLT. Então, concordo com ele, vou ponderar isso em relação ao Governo quando tiver que mexer, seja que governo for, porque nós nem sabemos qual é o governo que teremos amanhã ou depois de amanhã, Senador Alvaro. Não sabemos. Ponderarei, porque acho que ele tem razão nesse questionamento, mas quero lembrar também que nós, neste exercício legislativo, Senador Alvaro Dias, regulamentamos... E eu tive a honra de ser a Relatora da lei que regulamentou uma das categorias profissionais mais importantes, a do trabalhador doméstico. E essa regulamentação trouxe muitos avanços e garantias a esses trabalhadores.

Eu tenho dito aqui, com muita honra e orgulho, que a minha secretária, que trabalha na minha casa, há 32 anos, a Regina Veras, que é lá de Granja, no Ceará, foi ao INSS, pela idade e pelo tempo de contribuição, e entregou toda a documentação. A funcionária do INSS ficou surpresa porque toda a documentação estava absolutamente em ordem como deveria, antes mesmo da regulamentação do trabalho doméstico: carteira assinada e todas as contribuições previdenciárias. Ela levou uma pilha de talões de contribuição do INSS. Claro que muitos não têm condições, ou por desinformação ou por serem maus patrões, e não fazem isso. E ela, em duas semanas, recebeu a aposentadoria.

Além dessa questão da regulamentação do trabalho doméstico, também fui Relatora aqui, é bom que se diga, de um projeto que foi inspirado pelo Tribunal Superior do Trabalho, o PLS 606, que trata de execução das indenizações aos trabalhadores, para tornar mais ágil e mais rápido também o pagamento aos trabalhadores e não ficar aquela demanda, aquela discussão. Eu fui a Relatora e fizemos uma ampla negociação como agora também estamos fazendo em relação às esteticistas e a outras categorias similares.

Então, é dessa forma, com responsabilidade, que nós temos que trabalhar. Não é com gritaria que nós vamos resolver os problemas, até porque gostaria de lembrar que, até o final deste ano, 220 mil trabalhadores da Caixa Federal, do Banco do Brasil, da Petrobras, do Postalís, todos funcionários de empresas estatais, terão que aumentar a sua contribuição para pagar e tapar o rombo provocado pela temerária gestão dos fundos de pensão.

Hoje o jornal *O Estado de S. Paulo* mostra o caso de uma servidora da Caixa que, em 1953, aos 23 anos, começou a trabalhar na área administrativa da Caixa Econômica Federal. Trinta anos depois, ela deixou o banco com uma aposentadoria de R\$3.564 da Caixa, porque ela recebe também um valor parecido do INSS, isso em valores atualizados. Essa servidora hoje está com 86 anos e teve uma redução do seu salário de aposentada. O contracheque vem com um desconto de R\$99 hoje. E, a partir deste mês, ela terá um desconto de R\$379,20. Ela é um exemplo claro dessa irresponsabilidade com o dinheiro de quem? Dos trabalhadores. E esse desastre aconteceu exatamente na gestão dos fundos de pensão do partido que tem o nome trabalhadores.

É por isso que nós temos que trazer esses temas à vista, para que as pessoas entendam que, quando nós criticamos, não estamos fazendo isso em cima de nuvens, em cima de dados que não são confiáveis ou que são estatísticas vãs, estatísticas que não existem. Isso aqui está no contracheque dessa servidora e de mais 220 mil servidores dessas empresas públicas, cujos fundos de pensão estão com vários e sérios rombos no seu caixa. Portanto, os trabalhadores terão que contribuir mais e trabalhar mais para que o prejuízo não seja ainda muito maior.



Qual é a moral de quem diz falar pelos trabalhadores? Eu não ouço ninguém aqui reconhecer esses erros, como também me surpreende que as mesmas...

(Interrupção do som.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... pessoas aqui – já estou terminando (*Fora do microfone.*), Senador Alvaro Dias –, que muitas pessoas aqui não defendem o interesse dos trabalhadores em relação à correção da tabela do Imposto de Renda. Essa é uma demanda extremamente importante.

Também fico aqui imaginando essa falta de prioridade do Governo, em plena época em que estávamos com um nível de desemprego baixo – um nível de desemprego baixo, em torno de 6%; hoje está em torno de... há 12 milhões de desempregados –, quando estava em 6% da população economicamente ativa, e o Governo gastava – veja só, com 6% –, com o seguro-desemprego, R\$48 bilhões. Quarenta e oito bilhões de reais!

E sabe quanto gastava com o Programa Bolsa Família, que é o mais importante programa social, que sempre defendi? Aliás, acho que o Bolsa Família deveria dar para o trabalhador adicional para que ele tivesse carteira assinada e trabalhasse, apenas um estímulo para ele trabalhar. O Bolsa Família inteiro, no mesmo período, R\$24 bilhões.

Não há fechamento, não há explicação, a não ser – a não ser – o total descaso, o total descuido em relação à fiscalização. E uma das primeiras medidas tomadas pelo Governo, em 2015, foi passar a tesoura nos recursos do seguro-desemprego, exatamente porque o rombo era muito grande, não havia fiscalização. Então, essa falta de prioridade...

E, apenas para lembrar, Senador Alvaro Dias, estou agora, como toda a sociedade, aguardando, com muita ansiedade também, a delação do ex-Ministro Antonio Palocci. Acho que ele tem muitas coisas a contar para a sociedade brasileira, para revelar.

Também é importante o depoimento, a delação de Eduardo Cunha, que vai, certamente, balançar, um pouco mais, essa árvore, os galhos dessa árvore chamada República brasileira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PODE - PR) – Muito obrigado à Senadora Ana Amélia. Meus cumprimentos pelo pronunciamento.

Passo a V. Ex^a a Presidência da Casa.

(O Sr. Alvaro Dias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr^a Ana Amélia.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Eu o convido para fazer uso da palavra como orador inscrito, nesta tarde.

O SR. ALVARO DIAS (PODE - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, a quem nos dirigimos especialmente neste momento, nesta semana as atenções estão voltadas para a Câmara dos Deputados, onde a Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa debate o acolhimento ou não da denúncia do Procurador-Geral da República contra o Presidente Michel Temer.

É um fato inusitado, histórico e lamentável. Pela primeira vez, um Presidente da República, no exercício do seu mandato, é denunciado pelo Procurador-Geral da República por crimes de



corrupção. Certamente um momento traumático da vida pública brasileira na esteira dessa tragédia política nacional, que começou há algum tempo e certamente não terminará nos próximos dias.

A crise avança. É possível até que o Presidente Temer consiga preservar o seu mandato neste primeiro momento, em razão desta denúncia primeira. Mas será que terá forças para suportar novas denúncias do Procurador-Geral da República? Ou será que terá forças para suportar a eventual delação anunciada do Sr. Eduardo Cunha, que, segundo noticiário, atingiria especialmente o Presidente da República e os Ministros mais próximos dele, além de cerca de 50 Deputados Federais e alguns Senadores? Será que terá forças para suportar a delação do doleiro envolvido nos últimos anos com o PMDB, o Sr. Funaro, ou, como disse a Senadora Ana Amélia, a delação anunciada também do Ministro Palocci? Certamente, mais combustível nesse incêndio da política nacional. E o que é mais triste e lastimável: não há solução urgente porque a substituição do Presidente da República não é solução, já que muda apenas o nome da crise. A crise, que hoje se chama Temer, passa a se chamar Maia. Mas o Brasil continua em crise.

Há aqueles que apregoam a antecipação das eleições, mas, para quem olha o calendário e a Constituição, a conclusão é que isso é impossível.

Esse processo, que começa hoje com a leitura do voto do Relator, prossegue pelo menos por mais 120 dias até a sua conclusão para uma eventual vacância do cargo, que possibilitaria a substituição do atual Presidente. Nós chegaríamos, portanto, se alterássemos a Constituição... E é preciso considerar que não se altera a Constituição do dia para a noite. Muitas vezes, demoramos anos para a aprovação de uma proposta de emenda constitucional. E eu cito como exemplo aquela que acaba com o foro privilegiado, de nossa autoria, apresentada em 2013 e votada recentemente aqui no Senado. Encontra-se na Câmara dos Deputados aguardando deliberação. Nós avançaríamos para o último ano da gestão Temer e teríamos duas eleições no mesmo ano?! Portanto, esta é uma solução distante e improvável.

É claro que todos nós gostamos de eleição, gostamos do voto, somos adeptos da eleição direta, mas temos que ter a consciência de que é impossível agora alterarmos as regras do jogo para a realização da eleição direta. O que cabe agora analisar é porque chegamos a essa situação dramática. O mal na política brasileira é que políticos importantes se acostumaram a não ver nada, a não saber de nada.

Eu indago: não sabiam quem era o Presidente Temer? Há quanto tempo se sabe quem é o Presidente Temer? Fernando Henrique Cardoso não sabia? Lula não sabia? Dilma não sabia? Os partidos políticos não sabiam? É evidente que sabiam. É que nasceu no Brasil o político avestruz que coloca... O avestruz, você sabe, coloca a cabeça na areia para não se aperceber do perigo que o ronda. O político brasileiro é, portanto, político avestruz, aquele que se esconde para não ver, aquele que não quer ver, aquele que não quer saber e as consequências são dramáticas.

Todos sabiam, mas, no momento em que se instalou o processo de *impeachment* da Presidente Dilma, poucos se aventuraram a afirmar que o correto seria o *impeachment* da Presidente e do Vice-Presidente, até porque Michel Temer também praticou o crime das pedaladas, como praticou Dilma Rousseff, e, à época, nós denunciávamos o fato e submetemos, inclusive, à apreciação do Tribunal de Contas da União. Por que não se instauraram procedimentos para o *impeachment* também do Vice-Presidente da República? À época, sim, teríamos eleições diretas e não estaríamos hoje mergulhados nesse oceano de dificuldades, de imprevisibilidades, nesse verdadeiro oceano de angústia, de



apreensão, de tensão e de ausência de perspectivas de solução satisfatória para recolocar o País nos trilhos do desenvolvimento com normalidade.

É preciso reconhecer que este pecado é grave, o pecado da omissão, o pecado do não saber, não querer ver, enfim, de se acomodar. E hoje? Os partidos que foram para o Governo Temer? Há partido que hoje discute se deve permanecer no Governo ou se deve deixar o Governo, mas por que hoje e não quando o Presidente assumiu? Não sabiam quem era o Presidente? Quer que a ingenuidade seja a regra neste País? Exigem demais da nossa ingenuidade. Santa ingenuidade! Não sabiam quem era o Presidente Temer e agora discutem se devem permanecer no Governo.

O Presidente não mudou, é o mesmo. Os fatos eram anteriores à sua posse e todos sabiam da existência desses fatos. Imaginavam que o Brasil não acordaria para a realidade dos acontecimentos? Discutir hoje se devem permanecer no Governo ou se devem sair do Governo me parece uma atitude tardia, temerária e, certamente, oportunista.

Enfim, nós teremos ainda pela frente muitos dias de dificuldades, de sofrimento, nesse calvário político que se desdobra a cada passo, a cada denúncia. Virão aí novas delações, revelações ainda mais estarrecedoras, quem sabe, e a população sofrendo as consequências. O que nós desejamos é que esse tempo de sofrimento possa ser a antevéspera do benefício, que a Nação ganhe com tudo isso, com a mudança que se exige.

As multidões que foram às ruas foram, sobretudo, para essa exigência de mudança, que não fica apenas no *impeachment* de um Presidente, mas uma mudança radical que chegue à ruptura com esse sistema de governança corrupto, que é a matriz de governos promíscuos e incompetentes, a mudança da cultura política, do comportamento dos políticos. Enfim, o que se deseja é um outro tempo para o País. E nós desejamos que esse tempo de sacrifício seja, repito, a antevéspera de um tempo de benefício em que o País reabilitará suas esperanças de um futuro em que se exercitará a cidadania plena numa nação com liberdade, democracia e justiça social. É o que nós desejamos.

Devo também, Sr. Presidente, lamentar o desmanche da força-tarefa da Polícia Federal, em Curitiba. Uma coincidência com aquilo que se anunciou quando houve a substituição do Ministro da Justiça. Afirmou-se que o Presidente nomeava não o Ministro da Justiça, mas um advogado de defesa, que teria também a missão de dificultar as ações da Operação Lava Jato. Simples coincidência o desmonte da força-tarefa da Polícia Federal, em Curitiba, que atuava com exclusividade na Operação Lava Jato? Não é mera coincidência. Não há aí apenas um equívoco administrativo, vai além. O que há é um equívoco político suspeito, porque, antes, 12 delegados, ficamos com quatro e, agora, zeramos. Não há força-tarefa da Operação Lava Jato na Polícia Federal, em Curitiba. E argumentam: os delegados foram transferidos para a delegacia-geral, onde se encontram sob investigação 8,7 mil inquéritos instaurados.

É evidente que se perde o foco. Não haverá exclusividade. Em operações dessa dimensão, importância e notoriedade, é evidente que se recomenda a exclusividade. E as demandas não se esgotaram, ao contrário. Ao que tudo indica, elas crescem, e há representantes do Ministério Público que alegam: as demandas exigiriam, sim, a existência da força-tarefa da Polícia Federal para essa ação de interação com o Ministério Público Federal, na busca do melhor resultado das investigações em curso. Se há delações ainda não investigadas, e são muitas – Odebrecht, JBS, etc. –, e as que são anunciadas, como a de Eduardo Cunha, Funaro, Palocci, certamente a demanda cresce, e não é reduzida.



Não há como não afirmar que há aí, sim, uma predisposição de fulminar a Operação Lava Jato. Mas ela é tão consistente e de robustez inigualável, apoio popular incomum, que certamente prosseguirá para superar todos esses obstáculos à sua frente, colocados pelas autoridades temerosas de que as investigações possam alcançá-las.

Imagino, sim, que, apesar de todos esses obstáculos, a Operação Lava Jato continuará irredutível na busca de resultados finais que possam atender às expectativas do povo brasileiro, e esse é o nosso maior desejo.

Antes de concluir, Sr. Presidente, um outro tema que exponho agora desta tribuna com olhos voltados para a Anac e o Poder Executivo da União: a grave situação que envolve a construção de aeronaves leves, do tipo experimental, em nosso País. Sob a complacência das autoridades da Anac, assistimos a acidentes mortais de forma rotineira. Nós estamos falando de mortes.

Com base num denso trabalho elaborado pelo médico Augusto Fonseca da Costa, piloto privado com 43 anos de experiência na aviação e milhares de horas de voo e pai do piloto morto no acidente aéreo ocorrido em 4 de janeiro de 2015, no espaço aéreo da cidade paranaense de Toledo, demonstre-se que é imperioso elucidar a gravíssima situação da fabricação de aeronaves experimentais no Brasil.

Como destaca o Dr. Augusto da Costa, é inadmissível:

dentro do ordenamento jurídico do Brasil que uma indústria fabrique produtos alegando terem sido construídos por "amadores", fiscalize sua própria produção, treine, examine e aprove pilotos, os declare aptos a receber a licença necessária ao ente público responsável, e, por fim, por "determinação" deste mesmo ente, a Agência Reguladora – Anac, [depois] transfira todo o risco do negócio (isento inclusive de sofrer investigações sobre as causas dos acidentes) para o consumidor final, sob o argumento de "voo por conta e risco" do operador da aeronave.

Pasmem, Srs. Senadores, mas isso é o que acontece na indústria aeronáutica do Brasil! Por exiguidade de tempo, deixo de reproduzir o farto acervo técnico da argumentação que embasou a denúncia apresentada ao Ministério Público Federal pelo Dr. Augusto Fonseca da Costa e pela Associação Brasileira de Vítimas da Aviação Geral e Experimental contra a Anac pela total anomia na fiscalização e regulação das aeronaves leves esportivas de construção amadora e experimentais.

Registro algumas passagens do itinerário que envolveu o trágico acidente que vitimou o jovem piloto Vitor Augusto da Costa, de 19 anos, falecido na queda de uma aeronave experimental, na cidade de Toledo, em 2015.

A aeronave era do modelo Super Petrel LS, fabricada pela então Edra Aeronáutica de Ipeúna, São Paulo. Ressalto que as investigações foram iniciadas logo após a queda da aeronave, sob o comando e presença de oficiais do Cenipa (Centro Nacional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos) e do DCTA (Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial).

Peço atenção, Sr. Presidente, para o resultado das investigações: foi constatado "que a causa da queda da aeronave foi uma falha mecânica do motor da aeronave".

A gravidade do laudo técnico é estarrecedora.

A origem dessa falha fatal foi o descumprimento, por parte do fabricante da aeronave, de um "Boletim Mandatório" (um *recall*) emitido pelo fabricante do motor, exigindo



cumprimento imediato, antes do próximo voo, e alertando para risco de morte caso não cumprido.

A análise aprofundada dos fatos por quase um ano e meio demonstrou que a causa primária dessas distorções são as omissões e leniências da agência reguladora Anac – Agência Nacional de Aviação Civil, na aviação esportiva do Brasil, denominando inadequadamente essas aeronaves ora como “experimentais”, ora como “de construção amadora”, ora como “leves esportivas”, não exigindo o cumprimento de requisitos de segurança previstos em normas da própria Anac, e sob absoluta falta de fiscalização [...].

Sr. Presidente, destaco e transcrevo:

Essas leniências e omissões permitiram a atuação criminosa do fabricante dessa aeronave em particular, e ainda permitem vários tipos de atuação criminosa desse e de outros fabricantes de aeronaves falsamente chamadas de “experimentais”, ou “de construção amadora”, ou enquadradas ilegalmente como “leves esportivas”.

Nesse contexto, o fabricante:

1. Descumpriu culposamente de modo negligente esse Boletim Mandatório nas várias oportunidades que teve desde a fabricação e nas três revisões que fez em mais de dois anos, e pior,

1. Declarou dolosamente no manual da aeronave ter cumprido esse boletim já na fabricação da aeronave, o que se comprovou inteiramente falso após as investigações, falsidade esta que eliminou qualquer chance de alguém posteriormente substituir a peça defeituosa afetada, salvando a vida desse promissor jovem piloto [Vitor Augusto da Costa].

É enfatizado na denúncia:

Essas leniências e omissões são altamente suspeitas por revelarem a preocupação da ANAC em atender apenas aos interesses econômicos dos fabricantes, em detrimento da segurança dos usuários, como seria seu dever legalmente constituído [...]

A precariedade que envolve a construção e manutenção das aeronaves experimentais no Brasil não constitui segredo para ninguém. A própria mídia escrita já denunciou o descabimento reinante. Uma matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, assinada por José Maria Tomazela, já denunciava, em 2011, que "aeronaves experimentais, construídas de forma amadora, são construídas com *kits* comprados na internet e não passam por vistoria". À época, a estimativa era a de que o Brasil possuía 5 mil aviões amadores.

Por oportuno, Sr. Presidente, ressalto ainda que o conjunto desses fatos estarrecedores foram denunciados, no Senado Federal, à Comissão de Especialistas de Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

É preciso proibir, em todo Território nacional, a comercialização ou a distribuição de aviões experimentais, bem como de qualquer aeronave que não tenha seu processo de fabricação e seu projeto certificados pela Anac, entre outras medidas saneadoras. Caso isso não ocorra com a maior brevidade possível, muitos outros jovens pilotos como Vitor Augusto da Costa terão suas vidas ceifadas em razão do atual cenário desprovido de regulamentação das aeronaves experimentais.



Esse apelo, Sr. Presidente, é dirigido à Anac, e nós esperamos as providências. A omissão é criminosa, e nós não podemos aguardar que novos brasileiros sucumbam diante da irresponsabilidade dos governantes deste País. Isso é muito grave, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, a Sr^a Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Rocha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

O último inscrito, que pediu a palavra como Líder, é o Senador Lindbergh Farias – agora, como Líder. V. Ex^a será atendido conforme o Regimento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos nós aqui preocupados com a votação da reforma trabalhista no dia de amanhã, mas, Senador Paulo Rocha, o País está completamente parado escutando agora a leitura do relatório do Deputado Sergio Zveiter na Comissão de Constituição e Justiça – relatório que autoriza o prosseguimento do processo contra Michel Temer. O impressionante é que Lideranças governistas aqui, do Senado, querem passar a ideia para o País de que nada está acontecendo e querem votar aqui, amanhã, uma reforma trabalhista criminosa, que retira direitos consagrados em 1943, na CLT. É um ataque brutal, brutal! Pejotização. Eu já vi falarem disso aqui, dessa figura nova que querem construir: trabalhador autônomo exclusivo. O objetivo que está por trás de tudo isso é a pejotização, porque querem tirar décimo terceiro, férias, FGTS.

Eu quero aqui apelar novamente aos Senadores: nós temos que paralisar a tramitação dessa reforma trabalhista. Nós hoje estamos na expectativa de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, porque nós entramos com um mandado de segurança em cima dos arts. 113 e 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em que está, de forma muito clara, que um projeto só pode ser votado se tiver o acompanhamento do impacto financeiro e orçamentário, e eles não fizeram isso. Então, o art. 114 diz que um quinto dos Senadores pode interromper a tramitação por 20 dias. E isso vai ser importante.

Hoje eu citei aqui por duas vezes: Armínio Fraga – e não estou falando dos economistas que têm uma visão parecida com a nossa – deu uma declaração, esta semana, se posicionando contra a pejotização, porque vai ter um impacto muito grande na arrecadação. O Senador Paulo Paim está cansado de falar aqui que essa reforma trabalhista acaba com a sustentabilidade da previdência social, no momento em que eles querem fazer uma reforma da previdência contra os aposentados que ganham um salário mínimo ou dois salários.

Sr. Presidente, eu me dirijo, nesta hora, a todo povo trabalhador, à classe operária, aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, aos terceirizados, às empregadas domésticas, aos garçons, enfim, a todos que vivem do suor do seu próprio trabalho, para dizer o seguinte: estamos diante de uma encruzilhada histórica ao votar a favor ou contra essa reforma trabalhista. Caso os Senadores aprove a reforma, como pretende o ilegítimo e desmoralizado Governo Temer, em conluio com a Fiesp e a CNI, estaremos destruindo o estado social brasileiro. Por outro lado, caso rejeitemos a



reforma, os trabalhadores terão uma vitória de alcance histórico, estancando a maior ofensiva do capital sobre os direitos trabalhistas, desde os tempos infaustos da ditadura militar.

Como diz o economista Eduardo Fagnani, aprovar a reforma trabalhista significará o fim do ciclo da cidadania social no Brasil, que começou na Era Vargas, atravessou a Constituição cidadã de Dr. Ulysses Guimarães, até chegar ao período da vigorosa afluência social produzida nos governos Lula e Dilma. É gravíssimo!

Nesta hora, cabe lembrar que o Brasil começou na condição de País escravista. Essa é a primeira marca de nossa história. Como disse Joaquim Nabuco, em frase premonitória, que faço questão de recordar no dia de hoje: "A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil". Através da escravidão, durante a Colônia, nosso território se configurou, nas palavras, Senador Paulo Rocha, de Darcy Ribeiro, outro grande brasileiro, como uma "máquina de moer gente", para o deleite da elite dos senhores de engenho do Nordeste e da burguesia cafeeira do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Conquistamos a independência de Portugal, mas não a independência dos trabalhadores e trabalhadoras. Fomos a maior Nação escravista moderna do mundo e o último País a abolir o regime de cativo dos negros.

Aboliu-se a escravidão, mas os novos libertos não tiveram acesso à terra para trabalhar. Resultado: os antigos escravos atulharam os morros e as periferias das grandes cidades, principalmente no Rio de Janeiro, e construíram as favelas, que se tornaram repositório de trabalho doméstico de baixíssimo custo. A população negra brasileira ainda é a grande maioria nos bolsões de pobreza e a sofrer violência do Estado. Ainda seguimos com plantas de apartamentos com "quartos de empregada", quartinhos escuros e sem janelas perto da cozinha.

Nos primeiros anos do século XX, chegaram as primeiras indústrias ao Rio de Janeiro, a São Paulo e a Recife, que passaram a expressar a problemática das questões industrial e social. Vieram as greves e as lutas operárias, Senador Paulo Rocha, que é um trabalhador gráfico, que começou como militante do movimento sindical brasileiro.

A greve de 1917 em São Paulo completa um século, mas nosso patronato simplesmente resistiu em reconhecer os direitos sociais dos trabalhadores, que começaram a ser conquistados na Europa e nos Estados Unidos. Quem melhor expressou essa situação foi o ex-Presidente Washington Luís, para quem a "questão social deveria ser tratada como um caso de polícia".

Na República Velha, também começaram a aparecer os nossos primeiros reformadores sociais. Começo citando, no Rio Grande do Sul, o positivismo gaúcho de Pinheiro Machado e Borges de Medeiros, que já reconheciam que os trabalhadores eram uma força social decisiva no mundo moderno. Um parêntesis: não é à toa, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, que Getúlio Vargas nasceu e começou a fazer política no Rio Grande Sul. Foi dessa experiência, e não da Carta del Lavoro, do fascismo italiano, que Vargas aprendeu a lição da importância dos trabalhadores, vindo a instituir, em 1943, a CLT. Isso aqui é importante, porque eu vejo muita gente, ao falar da CLT, falando da inspiração fascista, da Carta del Lavoro. Não! A história não é essa. A influência de Vargas é outra, é do positivismo gaúcho de Borges de Medeiros, Pinheiro Machado.

Tudo isso é para dizer que a luta pelos direitos dos trabalhadores no Brasil e no mundo vem de longe e tem história. Se fosse pelo desejo do capital, a exploração do trabalho era absoluta e sem contrapesos, mas – prestem a atenção senhoras e senhores – o verdadeiro portador da civilização e da



modernidade vem da ampliação dos direitos de cidadania e não da ordem do capital. Uma das chaves de leitura da história do século XX é que ele foi o século da constitucionalização do trabalho.

Foi através desse processo de constitucionalização que o Estado se abriu ao reconhecimento dos trabalhadores como agentes políticos. Essa foi a grande luta de democratização do Estado. A partir dela é que seguiram as reivindicações das mulheres, dos jovens, dos negros, dos LGBT, enfim, toda demanda represada de ampliação dos direitos.

Ulysses Guimarães tinha plena consciência disso e foi o grande condutor da Constituição de 1988, chamada corretamente de Constituição cidadã. Escutem o que ele dizia! E nós citamos muito que a votação daquela Emenda Constitucional 95, a do teto dos gastos, estava rasgando de uma vez por todas a Constituição cidadã do Dr. Ulysses Guimarães. Disse Ulysses:

A injustiça social é a negação do governo e a condenação do governo. [...]

Esta será a Constituição Cidadã, porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros [...]

Cidadão é o usuário de bens e serviços do desenvolvimento. Isso hoje não acontece com milhões de brasileiros, segregados nos guetos da perseguição social.

Vejam bem o crime que o Senado está na iminência de praticar, senhoras e senhores. Essa reforma trabalhista representa uma profunda reestruturação do mercado de trabalho brasileiro. Parafraseando o sentido da frase de Ulysses, caso essa reforma seja aprovada, estaremos segregando milhões de brasileiros nos guetos da marginalização social.

Afirmo que esta reforma trabalhista visa acabar com o Estado social no Brasil. O primeiro *round* já foi a Emenda Constitucional 95, de dezembro do ano passado, que instituiu o novo regime fiscal draconiano de limite do teto de gastos no orçamento público. O segundo *round* está sendo jogado aqui, agora, neste plenário do Senado Federal. Tão logo entre em vigência a nova legislação trabalhista, os trabalhadores vão sentir na pele as consequências e viverão a experiência da deterioração das condições de vida.

Eu tenho repetido sempre – fui Deputado duas vezes e hoje sou Senador no meu sétimo ano de mandato – que nunca participei de uma votação de um projeto tão terrível para os trabalhadores com esta reforma trabalhista. Esta é uma verdadeira reforma da infâmia. É infamante o trabalho intermitente, é infamante o trabalhador autônomo exclusivo, é infamante o almoço de 30 minutos, é infamante o negociado sobrepor o legislado, é infamante uma mulher grávida trabalhar em ambiente insalubre. Tudo é infamante nessa infame reforma.

Sou oposição ao Governo Temer, Senador Paulo Rocha, até o último fio de cabelo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – "Somos", respondeu o Senador Paulo Rocha. Agora, sabemos que as forças que operam pela reforma trabalhista neste Senado estão para além do Governo. Nossa batalha é, ao mesmo tempo, contra o Governo Temer e os *lobbies* empresariais. Nosso inimigo é a força do dinheiro, é o capital estrangeiro, as multinacionais, os bancos, a Fiesp, a CNL.

Alguns argumentam que a aprovação da reforma trabalhista pode ser importante para gerar empregos. Isso é falso. Recentemente, em 2014, tivemos uma situação de pleno emprego no País; 4,3% só de desemprego, sem precisar mexer na legislação trabalhista. Foram gerados 22 milhões de empregos, no governo Lula e Dilma, com essa legislação trabalhista que está aí.



Sempre digo que o golpe contra Dilma foi um golpe de classe. Mais uma vez, esse veredicto se confirma. A burguesia brasileira, associada ao capital financeiro, decidiu que, para tentar interromper a queda das taxas de lucros na crise econômica, precisava do sangue do trabalhador, reduzindo o custo do trabalho. Mais do que tudo, precisam passar uma borracha e apagar o complexo e custoso processo civilizatório brasileiro de construção do Estado social, que, aqui no Brasil, tem duas marcas: a Constituição de 1988 e a CLT de 1943. Aqui, nós temos um Estado de bem-estar social tardio.

Na Europa, o Estado de bem-estar social ganhou força no meio da 2ª Guerra. O Relatório Beveridge, que fala da seguridade social, foi aprovado pelo Parlamento Inglês em 1942. Então, tivemos todo o período do Estado de bem-estar social, pós 1945, que entrou para a história como anos gloriosos, com políticas keynesianas, com o sistema de proteção social.

Lá, estão destruindo, depois de Reagan e Thatcher, com o neoliberalismo, com essa hegemonia brutal do capital financeiro. E aqui estão constituindo, estão tentando destruir, acabando com as conquistas construídas pelo presidente Lula e – volto a dizer – rasgando duas cartas: a Constituição de 1988 e a CLT de Vargas.

Comecei o discurso falando aqui sobre a herança escravista brasileira. Pois bem, a reforma trabalhista institui, no Brasil, um novo regime de escravidão assalariada – repetindo: será instituído o regime social, que poderíamos chamar de novo escravismo, agora, do trabalho assalariado.

Faço um último apelo a todos os Senadores e Senadoras: não se esqueçam de que nossas atitudes se projetam na história; não sujem as suas biografias votando a favor dessa reforma trabalhista. Ainda é tempo de repensar. Nas grandes adversidades, surgem as grandes oportunidades. O Governo Temer veio para acabar com a democracia. O Governo Temer, a serviço da grande burguesia e do capital estrangeiro, veio acabar com seus direitos.

Mas estamos crescendo na resistência às reformas. Nossa força vem dos de baixo, dos mais pobres, dos condenados da terra. Sabemos que o povo brasileiro resistirá e, ao final, seremos os vencedores.

Senador Paulo Rocha, eu tenho dito que em todas as novas pesquisas que saem, o Presidente Lula cresce. Ele tem uma grande tarefa pela frente, que é a de desfazer tudo que está sendo feito por este Governo. Essa Emenda Constitucional nº 95, nós tínhamos que, numa vitória do Presidente Lula, rever. Não se governa com essa Emenda Constitucional nº 95.

Vocês estão vendo aí que o Brasil está completamente parado. São cortes em tudo que é área, em tudo que é Ministério. Eu falei hoje aqui do corte, no Ministério das Cidades, em mais de 55%. Acabou com o Minha Casa, Minha Vida faixa 1. A gente viu uma matéria de domingo – eu hoje, mais cedo, falei – do Jornal *O Globo*, falando que o Brasil está voltando ao mapa da fome. É triste ver essa situação!

Acabaram com o Ciência sem Fronteiras, que era um projeto importantíssimo. Acabaram com o Farmácia Popular.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O orçamento da Polícia Rodoviária Federal. As nossas estradas já são inseguras, imagina sem a Polícia Federal, cumprindo o seu papel.



O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Polícia Rodoviária, exatamente, todas. Na verdade, é um desmonte completo do Estado. O que está sendo feito é criminoso!

É um desmonte generalizado. Eu lamento, porque a gente via este País voando no mundo, sendo respeitado. O Presidente Lula, quando viajava para a Europa, para a África, era uma figura conhecida, todo mundo queria saber da inclusão social que estava acontecendo aqui no Brasil. O Brasil cresceu. E colocam o Brasil nesta situação.

Eu quero lamentar, inclusive no meu Estado, Senador Paulo Rocha, que o problema da segurança pública no Rio de Janeiro se agrava a cada instante. Eu queria mostrar aqui.

Não sei dá para captar aqui... Para aquela ali.

Olhe isto aqui. Isto é muito triste. São alunos de uma escola pública, deitados. Um tiroteio. Isso é cena corriqueira agora; cenas corriqueiras, infelizmente.

É de doer o coração, porque, num momento como esse, Senador Paulo Rocha, a gente tinha que estar falando de crescimento econômico, de mais Estado. Nós tínhamos que ter mais recursos para a saúde, para a educação, para a segurança pública. Era possível fazer isso, mas nós estamos numa maluquice: o Brasil numa depressão econômica com 14 milhões de desempregados; 2,5 milhões de desempregados só agora no Governo do Temer, e a gente fazendo ajuste fiscal, tirando recurso da saúde, da segurança. A gente só não mexe, neste Brasil, num recurso: quando é pagamento de juros para o sistema financeiro, que pega algo de 35% do nosso orçamento.

A posição deste Governo aqui é criminosa, em relação ao Rio de Janeiro. Tinha que se salvar o Rio de Janeiro, porque a crise do Rio de Janeiro está ligada também, Senador Paulo Rocha, infelizmente, a uma política maluca em que acabaram – o Governo Temer – com a política de conteúdo local. Você sabe que o setor industrial forte do Rio de Janeiro está ligado a petróleo e a gás. Só que a Petrobras, que investiu 1,9% do PIB, está investindo 0,8%. E as empresas que tinham que... Porque você tinha que produzir no Brasil, havia componentes que tinham 70% de conteúdo local. Tinha que ser feito aqui! E o Rio de Janeiro recebeu muitos investimentos e, agora, acabou com a política de conteúdo local.

Então, tinha que ter um aporte de recurso por parte do Governo Federal neste momento. Mas não, é uma maluquice.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Destruiu a indústria naval, que era também forte no Rio de Janeiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Exatamente.

Senador Paulo Rocha, eu tenho dito aqui: essa realidade está impondo ao Rio de Janeiro...O Rio de Janeiro agora está tendo apoio da Cruz Vermelha Internacional, que criou um protocolo de treinamento para professores e alunos da rede municipal em caso de tiroteios. É triste ver isso! É triste!

Primeiro, professores e alunos saem de perto da janela e se abaixam. Tem que ter mesmo esse protocolo. Mas é triste perceber isso. Segundo, depois de abaixados, seguem em fila para a porta da sala de aula; terceiro, dirigem-se a pontos seguros, previamente estabelecidos e, lá, permanecem sentados no chão; quarto, ninguém sai para a rua até que a segurança seja restabelecida.



As recomendações da Cruz Vermelha têm como base a sua experiência internacional em zonas de conflito, como na Síria. Somente em 2017, 624 pessoas sofreram ferimentos com balas perdidas no Rio de Janeiro. Agora, todo mundo viu esse caso do bebê, do tiro que atingiu o lado esquerdo da barriga de Claudineia dos Santos Melo, uma jovem de 29 anos. A bala perfurou a sua bacia, penetrou o tórax do feto que carregava no útero há 39 semanas. Após uma cesariana de emergência, o pequeno Arthur foi levado às pressas para a sala de cirurgia. O bebê apresentava costelas quebradas em três pontos, perfuração do pulmão, lesões vertebrais, fraturas na clavícula, ombro e na cartilagem da orelha. Após uma cirurgia de mais de duas horas, o pequeno Arthur já não corre risco de morte. É um vencedor, um sobrevivente. Porém, as lesões na coluna paralisaram os seus movimentos, existe uma chance de que ele fique paraplégico. Porém, o quadro não é irreversível.

Mas são cenas como essa, Senador Paulo Rocha. Eu clamo... eu acho que tem que haver uma saída para o Rio de Janeiro, neste momento, que passe por estímulos à economia.

Eu quero encerrar só dizendo isso, porque volto a falar com tristeza do que está acontecendo no Brasil. E o pior de tudo isso são esses irresponsáveis que fizeram isso aqui, que pararam o País desde 2014, quando não aceitaram o resultado da eleição – lembro o Aécio Neves pedindo a recontagem dos votos –, fizeram aliança com Eduardo Cunha, com as pautas bombas. Pararam o País. E diziam que era tirar Dilma que a economia ia melhorar. Melhorou o quê? Colocaram essa quadrilha!

Acha que esse Presidente, Senador Paulo Rocha, está preocupado com esses tiros lá no Rio de Janeiro, esse Temer? Não. O Governo que está aí é uma turma querendo se salvar.

Então, lamento tanto o País ter chegado a uma situação como essa. E lamento mais ainda a falta de visão dessas ditas elites brasileiras. Não há como sair dessa crise com essa austeridade fiscal. Não há como sair da crise tirando os mais pobres, com essa reforma trabalhista e previdenciária. Será que não entenderam que o caminho é o oposto?

Por isso insisto muito na necessidade histórica da candidatura do Lula, porque o Lula olha para esse povo pobre trabalhador. O Lula, em 2009, no meio daquela crise, o que fez? Era uma crise parecida com esta, de natureza recessiva – claro, que bem menos grave. Mas nós superamos rapidamente, porque ele fez sabe o quê? O oposto do Temer. Ele disse o contrário. Ele disse: "olha, a economia está desacelerando, agora é necessário que o Estado entre".

Aí ele fez o quê? Aumentou investimentos do PAC. Pegou a Petrobras e mandou ampliar investimentos. Colocou os bancos públicos para darem crédito. Ali a gente fez a economia retomar, porque teve Estado! Aumentou o gasto social em 10%. É o que ele falava: colocar dinheiro na mão dos pobres.

Esses loucos agora, não! É uma falta de visão dessas elites! Elas estão pensando sabe em quê? É a continha dele do final do mês, dizendo o seguinte: "se vier trabalho intermitente, se passar a reforma trabalhista eu vou terceirizar tudo, vou ganhar um dinheiro a mais, porque terceirizei e reduzi salário". Só que ele não percebe que coloca a economia em crise; que, para este País ter crescido naquele momento do Governo do Presidente Lula, ele fez inclusão social. Então eles têm uma visão míope. É impressionante.

Encerro dizendo da minha decepção com esses que se dizem elite aqui no Brasil, que não são elite coisa alguma. São no máximo classe dominante ou, como fala o meu amigo Mino Carta, da Carta Capital, casa grande. Em um momento como esse, eles querem mesmo é voltar à superexploração dos trabalhadores. É uma nova escravidão em cima do trabalho assalariado, porque



eles nem olham para o nosso povo, nem olham para o povo trabalhador. São preconceituosos, nunca aceitaram. Têm raiva do Lula, porque viam jovem negro, morador das periferias entrando nas universidades, fazendo curso de medicina, frequentando os nossos aeroportos. É essa turma que está dando as cartas aí.

Encerro a minha fala fazendo um apelo: nós não podemos aceitar a votação dessa reforma trabalhista no momento em que este Governo está caindo! É o relatório de Sergio Zveiter que autoriza o prosseguimento do processo contra o Presidente, mas eu chamo a atenção dos senhores: isso vai ser votado daqui a 15 dias. E os Senadores estão dizendo o seguinte: "Nós não vamos fazer modificações no texto, porque a Base governista fez um acordo com Temer". Que Temer? Não vai ter mais nem Temer.

Então, espero que o Senado seja Senado da República, que o Senado seja a Casa Revisora que modifique esse projeto. Espero que não haja um Senado amanhã de joelhos para esse Presidente Temer desmoralizado que aí está, porque eles vão tentar responder à leitura do relatório aqui, amanhã, Senador Paulo Rocha, para dizer ainda: "Olha, o Temer tem condição, sim! Ele vai votar as reformas!" É isso que eles querem aqui amanhã.

Da nossa parte, vai haver muita luta, porque o nosso sentimento – e eu encerro falando pela Bancada dos Senadores do PT – é de indignação por quererem, em um momento da história como este, aprovar um projeto tão criminoso contra o nosso povo trabalhador brasileiro.

Agradeço a V. Ex^a pelo tempo, Senador Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Lindbergh, que expressou aqui toda a sua análise política e indignação.

Foi o último orador inscrito.

Não havendo mais ninguém para usar da palavra, dou por encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 19 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 102^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Comunicações



Ofício nº 84 de 2017, da Senadora Vanessa Grazziotin, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado, por meio do qual relata participação na Conferência Global Parlamentar da Rede Parlamentar do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, em Washington, Estados Unidos, nos dias 17 e 18 de abril de 2017, nos termos do Requerimento nº 181, de 2017.

O Requerimento vai ao Arquivo.



Expediente do Senador Bauer, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado, por meio do qual relata participação em eventos na Comitativa do Presidente da República, em Moscou, Rússia, e em Oslo, Noruega, no período de 19 a 25 de junho, de 2017, nos termos do Requerimento nº 441, de 2017.

O Requerimento vai ao Arquivo.



Expediente da Senadora Fátima Bezerra, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado, por meio do qual relata participação na Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Uruguai, no período de 25 a 27 de junho de 2017, nos termos do Requerimento nº 443, de 2017.

O Requerimento vai ao Arquivo.



Mensagem do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 41, DE 2017

Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2017.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO INICIAL: À Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 227

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, encaminho a Vossas Excelências a Programação Monetária, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Banco Central do Brasil, destinada à Comissão de Assuntos Econômicos dessa Casa.

Brasília, 7 de julho de 2017.



EM nº 00021/2017 BACEN

Brasília, 30 de Junho de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho à consideração de Vossa Excelência, de acordo com o que estabelece o art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2017, contendo estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional e justificativa da programação monetária, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em sessão de 29 de junho de 2017, para que seja enviada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ilan Goldfajn



Aviso nº 276 - C. Civil.

Em 7 de julho de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Programação Monetária.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República, destinada à Comissão de Assuntos Econômicos, contendo a Programação Monetária.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

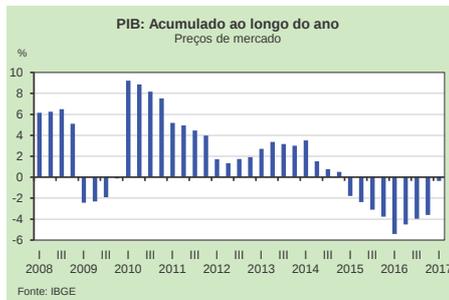




Programação Monetária para o terceiro trimestre e para o ano de 2017

A. A economia brasileira no segundo trimestre de 2017

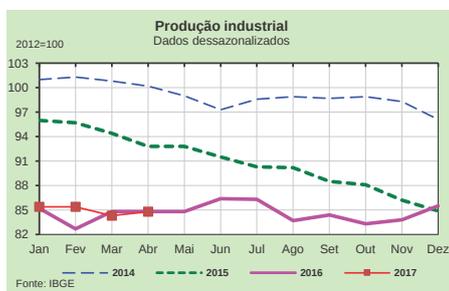
1. O PIB cresceu 1,0% no primeiro trimestre de 2017, em relação ao trimestre anterior, de acordo com dados dessazonalizados do IBGE. O repercutiu, sob a ótica da oferta, crescimentos respectivos de 0,9% na agropecuária e na estabilidade no segmento de Em relação aos componentes da consumo das famílias permaneceu em patamar historicamente reduzido e a formação bruta de capital fixo (FBCF) experimentou retração adicional, contrastando com a contribuição positiva do setor externo, favorecida pelas exportações da safra de grãos e de petróleo. Nesse contexto, ocorreram recuos de 0,1% no consumo das famílias (nona retração consecutiva nessa base de comparação) e de 1,6% na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), e elevações de 4,8% nas exportações e de 1,8% nas importações.



com dados aumento

13,4% e indústria, e serviços. demanda, o

2. A produção física da indústria diminuiu 0,1% no trimestre finalizado em abril, em relação ao em janeiro, quando havia 1,3%, nessa base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal - Produção Física (PIM-IBGE). Houve variações de -0,5% e 0,1% nas indústrias de transformação, que registrou em treze das 23 atividades incluídas na pesquisa (produtos de metal, 5,1%; bebidas, 3,8%; máquinas, aparelhos e materiais elétricos, 3,3%; e máquinas e equipamentos, 3,3%). A análise por categorias de uso evidencia desempenhos favoráveis das indústrias de bens de consumo duráveis (1,1%), bens de capital (0,5%) e de bens de consumo semi e não-duráveis (0,1%), e estabilidade da produção de bens intermediários.



terminado crescido

dados Industrial PF) do respectivas extrativa e aumento

3. As vendas do ampliado aumentaram 2,3% no finalizado em maio, em relação terminado em fevereiro, quando variado 1,6%, neste tipo de

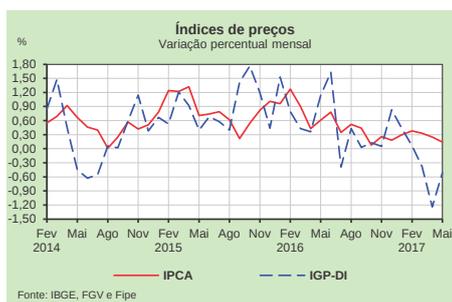


comércio trimestre ao haviam



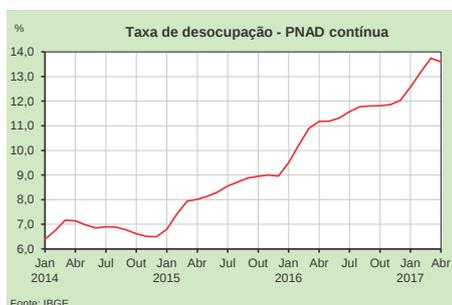
comparação, segundo dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Houve elevações nas vendas em sete dos dez segmentos pesquisados, destacando-se as registradas em tecidos, vestuário e calçados (11,0%), móveis e eletrodomésticos (6,3%) e livros, jornais, revistas e papelaria (4,4%). As vendas do comércio varejista, excluídos os crescimentos nos segmentos veículos e motos, partes e peças (0,9%) e material de construção (1,1%), aumentaram 2,0% no trimestre, destacando-se as elevações no Sul (7,6%) e no Norte (3,1%).

4. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE, variou 0,70% no trimestre terminado em maio (1,01%, no em fevereiro), resultado de desaceleração dos preços livres para 0,47%) e aceleração dos monitorados (de 1,37% para 1,44%). Apesar da aceleração dos preços alimentos consumidos no trimestre (de -0,63% para 0,43%), a dos preços livres no trimestre repercutiu a queda dos preços de bens industriais (-0,13%) e a desaceleração dos preços de serviços (de 1,86% para 0,88%). A aceleração trimestral dos preços monitorados refletiu, em grande parte, o aumento das tarifas de energia elétrica, compensado em parte pelo recuo dos preços da gasolina. Considerados períodos de doze meses, a variação do IPCA passou de 4,76%, em fevereiro, para 3,60%, em maio, reflexo de desaceleração dos preços monitorados, de 4,72% para 4,41%, e dos livres, de 4,78% para 3,36%. A variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela FGV, atingiu -2,11% no trimestre terminado em maio de 2017 (1,32% no finalizado em fevereiro de 2017). A variação do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) atingiu -3,79%, a do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), 1,11%, e a do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), 0,77%, ante 1,32%, 1,34% e 1,42%, respectivamente, no trimestre encerrado em fevereiro. Considerados intervalos de doze meses, o IGP-DI variou 1,07% em maio (5,26% em fevereiro e 11,26% em maio de 2016).



trimestre terminado (de 0,90% para 1,44%). de domicílio trajetória

5. A taxa de desemprego, divulgada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE, que abrange os setores informal da economia, atingiu trimestre encerrado em abril de 12,6% no terminado em janeiro em igual período de 2016. O médio habitual de todos os registrou, no trimestre, crescimentos reais respectivos 2,7% em relação aos trimestres encerrados em janeiro de 2017 e em abril de 2016. A

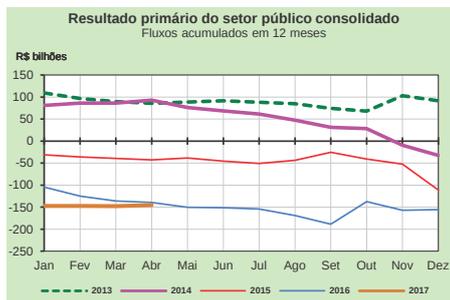


(PNADC) formal e 13,6% no 2017, ante e 11,2% rendimento trabalhos de 0,6% e



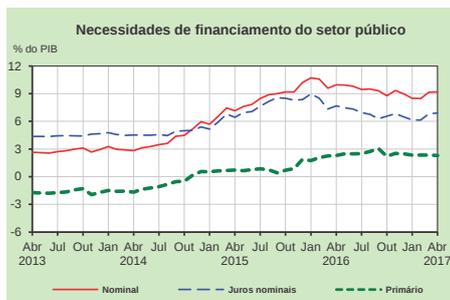
massa salarial real habitual de todos os trabalhos variou, na ordem, -0,1% e 1,1%, nas mesmas bases de comparação. A economia do país criou 31,8 mil postos de trabalho formais no trimestre encerrado em abril de 2017 (corte de 286,2 mil em igual período de 2016), segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho. Destaque para a geração de 58,2 mil empregos no setor de serviços, com geração de empregos também na agropecuária (17,4 mil) e na indústria de transformação (14,1 mil). A taxa de desemprego, divulgada pela PNADC, atingiu 13,5% no trimestre encerrado em abril de 2017, ante 12,2% no terminado em janeiro e 10,8% em igual período de 2016.

6. O setor público consolidado registrou *superavit* primário de R\$15,1 bilhões no primeiro quadrimestre de 2017, ante de R\$4,4 bilhões no mesmo período de 2016. O Governo Central e as estatais registraram *deficit* de R\$2,7 bilhões e R\$46 no período, e os governos *superavit* de R\$17,9 bilhões. As Tesouro Nacional elevaram-se relação ao primeiro quadrimestre de 2016, e as despesas - influenciadas pelo processo de organização das contas públicas realizado em 2016, que resultou em menor pressão fiscal para 2017 - aumentaram 0,3%. A arrecadação líquida da Previdência Social elevou-se 1,2% no mesmo período, e as despesas com benefícios, refletindo o impacto da elevação do salário mínimo, 10,5%.



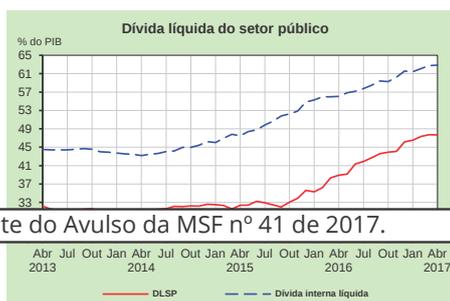
superavit período de empresas respectivos milhões, regionais, receitas do 2,7% em

7. Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$138,8 bilhões no primeiro quadrimestre do ano, ante bilhões no mesmo período de retração associada, em grande resultado menos favorável das de *swap* cambial – ganhos de R\$5,4 bilhões e de R\$50 períodos mencionados. O nominal registrou *deficit* de milhões no período (*deficit* de R\$104,3 bilhões no primeiro quadrimestre de 2016). Considerados intervalos de doze meses, o *deficit* nominal atingiu 9,18% do PIB em abril.



R\$108,7 2016, parte, ao operações respectivos bilhões nos resultado R\$123,7

8. A dívida federal interna, avaliada pela carteira, totalizou R\$3,1 trilhões (49,2% do PIB), elevando-se 2,5 em relação a janeiro e 5,1 p.p.

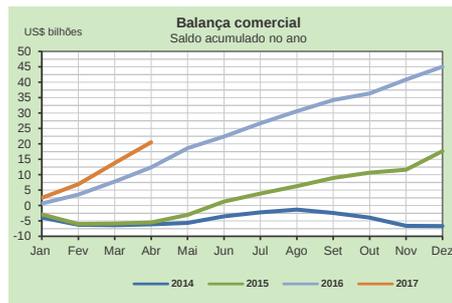


mobiliária posição de em abril p.p. do PIB do PIB em

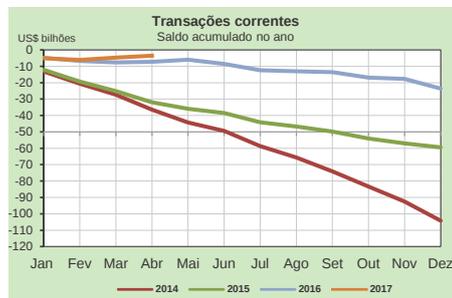


doze meses. A evolução trimestral resultou de emissões líquidas realizadas no mercado primário (R\$29 bilhões), da incorporação de juros nominais (R\$107,2 bilhões) e do impacto da valorização cambial de 1,9% no período (-R\$0,3 bilhão). As participações, no total da dívida mobiliária federal, dos títulos pré-fixados e indexados à taxa Selic aumentaram 1,2 p.p. e 0,9 p.p., respectivamente, em abril, em relação a janeiro, enquanto a representatividade das operações de mercado aberto recuou 2,0 p.p.

9. A balança comercial registrou *superavit* de US\$20,6 bilhões no primeiro quadrimestre de 2017, US\$12,4 bilhões em igual período de 2016. As exportações totalizaram US\$68,0 bilhões; as importações, US\$47,4 bilhões; e o comércio exterior, US\$115,4 bilhões. A média diária das exportações aumentou 21,8% no primeiro período, com expansões nas vendas em todas as categorias: produtos básicos, 32,1%; semimanufaturados, 14,8%; e manufaturados, 12,0%. A média diária das importações cresceu 9,5%, destacando-se as variações nas compras de bens intermediários (16,2%) e de bens de capital (-19,0%). De acordo com a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), o aumento de 21,8% registrado nas exportações no primeiro quadrimestre de 2017, em relação a igual período de 2016, refletiu, variações de 22,0% nos preços e de -0,4% no *quantum*. As exportações apresentaram elevação no preço de todas as categorias, destacando-se as registradas em produtos básicos (35,3%) e em semimanufaturados (19,7%). A única categoria que registrou aumento no *quantum* foi a de manufaturados, 3,3%. Na mesma base de comparação, a expansão de 9,5% nas importações decorreu de variações de 6,4% no *quantum* e de 3,0% nos preços. Destacaram-se as elevações de 32,1% nos preços de combustíveis e lubrificantes e de 16,4% no *quantum* de bens intermediários, e a redução de 18,8% no volume importado de bens de capital.



10. O *deficit* em transações correntes totalizou US\$3,5 bilhões nos primeiros meses de 2017 (US\$7,2 bilhões em igual período de 2016). As despesas líquidas de serviços somaram US\$9,9 bilhões, ressaltando-se o aumento de 13,2% em relação a igual intervalo de 2016 repercutiu, especialmente, as elevações nos gastos de viagens internacionais (104,6%). Os brasileiros em viagens internacionais e de turistas estrangeiros em viagens ao Brasil somaram, na ordem, US\$5,8 bilhões e US\$2,3 bilhões, variando 43,3% e -2,5%,



respectivamente, no período, enquanto os gastos com aluguel de equipamentos diminuíram 10,9%. As remessas líquidas com juros atingiram US\$8,8 bilhões, elevando-se 22,5% no período. Os pagamentos de juros ao exterior aumentaram 22,6%, para US\$10,5 bilhões, e as receitas de juros, 23,1%, para US\$1,8 bilhão. Em particular, as receitas provenientes da remuneração das reservas internacionais aumentaram 17,4%. A renda secundária líquida totalizou US\$653 milhões no primeiro quadrimestre de 2017, redução de 33,8% em relação a igual intervalo de 2016. Os ingressos líquidos de transferências pessoais, evidenciando a gradual recuperação da economia doméstica e o cenário de crescimento moderado das economias dos principais países de destinos de emigrantes brasileiros, reduziram 79,6% no período. Considerados intervalos de doze meses, o *deficit* em transações correntes totalizou US\$19,8 bilhões em abril (1,06% do PIB).

11. A conta financeira registrou captações líquidas de US\$1,2 bilhão no primeiro quadrimestre de 2017 (US\$4,8 bilhões em igual período de concessões líquidas de capital forma de investimentos diretos atingiram US\$774 milhões bilhões no mesmo intervalo de captações líquidas de investimento direto no país US\$29,5 bilhões no período, US\$22,1 bilhões referentes a aumento de participação em capital de empresas e US\$7,4 bilhões a operações intercompanhias. O ingresso de investimento direto no país acumulado em doze meses atingiu US\$84,7 bilhões em abril (4,50% do PIB). Os investimentos brasileiros em carteira no exterior registraram aumento líquido de US\$3,2 bilhões. As entradas líquidas de investimentos estrangeiros em carteira somaram US\$811 milhões (saídas líquidas de US\$5,0 bilhões no primeiro quadrimestre de 2016), com ênfase nos ingressos líquidos de investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa negociados no país, US\$3,2 bilhões (saídas líquidas de US\$7,2 bilhões no mesmo intervalo de 2016).



(US\$4,8 bilhões em igual período de concessões líquidas de capital forma de investimentos diretos atingiram US\$774 milhões bilhões no mesmo intervalo de captações líquidas de investimento direto no país US\$29,5 bilhões no período, US\$22,1 bilhões referentes a aumento de participação em capital de empresas e US\$7,4 bilhões a operações intercompanhias. O ingresso de investimento direto no país acumulado em doze meses atingiu US\$84,7 bilhões em abril (4,50% do PIB). Os investimentos brasileiros em carteira no exterior registraram aumento líquido de US\$3,2 bilhões. As entradas líquidas de investimentos estrangeiros em carteira somaram US\$811 milhões (saídas líquidas de US\$5,0 bilhões no primeiro quadrimestre de 2016), com ênfase nos ingressos líquidos de investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa negociados no país, US\$3,2 bilhões (saídas líquidas de US\$7,2 bilhões no mesmo intervalo de 2016).

As entradas líquidas de investimentos estrangeiros em carteira somaram US\$811 milhões (saídas líquidas de US\$5,0 bilhões no primeiro quadrimestre de 2016), com ênfase nos ingressos líquidos de investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa negociados no país, US\$3,2 bilhões (saídas líquidas de US\$7,2 bilhões no mesmo intervalo de 2016).

12. Ao final de abril, o estoque de reservas internacionais atingiu US\$374,9 bilhões no conceito caixa e US\$376,3 bilhões no conceito liquidez (variações de US\$4,8 bilhões e US\$984 relação a março de 2017). No liquidação de operações de recompra proporcionou de US\$3,9 bilhões no estoque internacional no conceito receita de juros que remunera os bilhões no respectivas milhões em período, a linhas com elevação de reservas caixa. A ativos de



12. Ao final de abril, o estoque de reservas internacionais atingiu US\$374,9 bilhões no conceito caixa e US\$376,3 bilhões no conceito liquidez (variações de US\$4,8 bilhões e US\$984 relação a março de 2017). No liquidação de operações de recompra proporcionou de US\$3,9 bilhões no estoque internacional no conceito receita de juros que remunera os bilhões no respectivas milhões em período, a linhas com elevação de reservas caixa. A ativos de



reservas somou US\$300 milhões e os impactos de variações de preço e de paridades atingiram, na ordem, US\$334 milhões e US\$84 milhões. Incorporados os impactos de eventos antecipáveis, as reservas internacionais totalizariam US\$378,5 bilhões ao final de 2017. Estão previstas, para o ano, receitas de remuneração de reservas de US\$3,3 bilhões.

B. Política Monetária no primeiro trimestre de 2017

13. Os saldos da base monetária restrita, base monetária ampliada e dos meios de pagamentos, nos conceitos M1 e M4, situaram-se nos intervalos estabelecidos pela Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2017.

14. A base monetária restrita, no conceito de média dos saldos diários, atingiu R\$248 bilhões em março, com variações de -1,4% no mês e de 2,9% em doze meses. O saldo médio do papel-moeda emitido atingiu R\$212,5 bilhões, variando -1,4% e 3,2%, respectivamente, nos períodos mencionados. As reservas bancárias somaram R\$35,5 bilhões, com decréscimo de 1,3% no mês e elevação de 1,1% em doze meses.

15. O saldo da base monetária ampliada, que inclui a base restrita, os depósitos compulsórios e os títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central, cresceu 13,8% no período de doze meses encerrado em março, situando-se em R\$4,8 trilhões. Esta variação refletiu aumentos de 0,4% na base restrita, de 14,6% no saldo dos títulos públicos federais e de 14,8% nos depósitos compulsórios em espécie.

Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no primeiro trimestre de 2017^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões		R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	292,4	- 343,2	311,2	2,2
Base restrita ^{3/}	212,0	- 286,8	248,0	2,9
Base ampliada ^{4/}	4.310,5	- 5.060,2	4.794,2	13,8
M4 ^{4/}	5.266,8	- 7.125,7	6.242,7	9,2

^{1/} Refere-se ao último mês do período.

^{2/} Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

^{3/} Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

^{4/} Saldos em fim de período.

16. Os meios de pagamento (M1), mensurados pela média dos saldos diários, somaram R\$311,2 bilhões em março, com variações de -1,4% no mês e de 2,2% em doze meses. O saldo de papel-moeda em poder do público atingiu R\$177,2 bilhões,



com variações respectivas de -1,8% e 2,9%, enquanto os depósitos à vista situaram-se em R\$134 bilhões, recuando 0,9% no mês e elevando-se 1,3% em doze meses.

17. O agregado monetário M4 totalizou R\$6,2 trilhões em março, aumentando 1,2% no mês e 9,2% em doze meses.

18. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, determinaram impacto contracionista de R\$47,4 bilhões no primeiro trimestre de 2017, resultante de colocações líquidas de R\$37,5 bilhões no mercado primário e de R\$ 349 milhões no extramercado, e de venda líquida de títulos de R\$9,9 bilhões no mercado secundário.

19. O Copom, considerando o cenário básico, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, decidiu, por unanimidade, pela redução da taxa básica de juros para 13,00% a.a., sem viés, na reunião de janeiro. O Comitê entendeu, ainda, que a convergência da inflação para a meta de 4,5% no horizonte relevante para a condução da política monetária, que inclui os anos-calendário de 2017 e, com peso gradualmente crescente, de 2018, era compatível com intensificação da flexibilização monetária em curso. Na reunião de fevereiro, todos os membros do Copom concordaram que a evolução da conjuntura desde a reunião de janeiro era compatível com a redução da taxa Selic para 12,25% a.a., sem viés, ressaltando que a convergência da inflação para a meta é compatível com o processo de flexibilização monetária.

C. Política Monetária no bimestre abril-maio de 2017

20. A base monetária restrita, calculada pela média dos saldos diários, totalizou R\$248,1 bilhões em maio, com variações de -0,3% no mês e de 4,1% em doze meses. As reservas bancárias elevaram-se 1,9% no mês e 1,8% em doze meses, situando-se em R\$35,1 bilhões, e o saldo médio do papel-moeda emitido apresentou oscilações de -0,6% no mês e de 4,4% em doze meses, somando R\$213 bilhões.

21. A base monetária ampliada totalizou R\$4,9 trilhões em maio, com aumentos de 1,2% no mês e de 13,4% em doze meses. O resultado em doze meses refletiu variações de -1,0% na base restrita, de 14,2% no saldo de títulos públicos federais e de 14,8% nos depósitos compulsórios em espécie.

22. Os meios de pagamento (M1), avaliados pela média dos saldos diários, somaram R\$312,5 bilhões em maio, recuando 0,6% no mês e aumentando 3,2% em doze meses. O saldo do papel-moeda em poder do público atingiu R\$177,6 bilhões, registrando variações respectivas de -0,4% e 4,0%, nas mesmas bases de comparação.



Os depósitos à vista totalizaram R\$134,9 bilhões, com variações respectivas de -1,0% e 2,2%, nas mesmas bases de comparação.



23. O agregado monetário mais amplo (M4) totalizou R\$6,3 trilhões em maio, elevando-se 1,2% no mês e 9,8% em doze meses.

Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o segundo trimestre de 2017 e ocorridos em abril/maio^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões		Variação percentual em 12 meses ^{2/}	
M1 ^{3/}	290,5	- 341,1	5,6	3,2
Base restrita ^{3/}	210,3	- 284,6	4,6	4,1
Base ampliada ^{4/}	4.525,3	- 5.312,3	13,0	13,4
M4 ^{4/}	5.535,2	- 7.488,8	11,6	9,8

^{1/} Refere-se ao último mês do período.

^{2/} Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

^{3/} Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

^{4/} Saldos em fim de período.

24. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, resultaram em retração monetária de R\$26,4 bilhões no bimestre abril-maio. Houve resgates líquidos de R\$34 bilhões no mercado primário e de R\$ 51 milhões no extramercado, e venda líquida de títulos de R\$ 60,4 bilhões no mercado secundário.

25. Na reunião de abril, todos os membros do Copom concordaram que as perspectivas para a inflação haviam evoluído de maneira favorável e, em boa parte, em linha com o esperado, desde a reunião de fevereiro. Nesse contexto, considerou-se que evolução da conjuntura era compatível com a redução da taxa Selic para 11,25% a.a., e que essa intensificação moderada em relação ao ritmo das reuniões de janeiro e fevereiro mostrava-se, no momento, adequada. Na reunião de abril, os membros do Comitê reafirmaram o entendimento de que, com expectativas de inflação ancoradas, projeções de inflação em torno da meta para 2018 e um pouco abaixo da meta para 2017, e elevado grau de ociosidade na economia, o cenário básico do Copom prescrevia continuidade do ciclo de distensão da política monetária. Nesse ambiente, todos os membros do Copom concordaram que a evolução da conjuntura desde a reunião em abril mostrava-se compatível com a redução da taxa Selic para 10,25% a.a.



Reunião do Copom	Aplicação do viés	Meta para a taxa Selic (% a.a.) ^{1/}
18.1.2012	-	10,50
7.3.2012	-	9,75
18.4.2012	-	9,00
30.5.2012	-	8,50
11.7.2012	-	8,00
29.8.2012	-	7,50
10.10.2012	-	7,25
28.11.2012	-	7,25
16.01.2013	-	7,25
06.03.2013	-	7,25
17.04.2013	-	7,50
29.05.2013	-	8,00
10.07.2013	-	8,50
28.08.2013	-	9,00
09.10.2013	-	9,50
27.11.2013	-	10,00
15.1.2014	-	10,50
26.2.2014	-	10,75
2.4.2014	-	11,00
28.5.2014	-	11,00
16.7.2014	-	11,00
3.9.2014	-	11,00
29.10.2014	-	11,25
3.12.2014	-	11,75
21.1.2015	-	12,25
4.3.2015	-	12,75
29.4.2015	-	13,25
3.6.2015	-	13,75
29.7.2015	-	14,25
2.9.2015	-	14,25
21.10.2015	-	14,25
25.11.2015	-	14,25
20.1.2016	-	14,25
2.3.2016	-	14,25
27.4.2016	-	14,25
8.6.2016	-	14,25
20.7.2016	-	14,25
31.8.2016	-	14,25
19.10.2016	-	14,00
30.11.2016	-	13,75
11.1.2017	-	13,00
22.2.2017	-	12,25
12.4.2017	-	11,25
31.5.2017	-	10,25

^{1/} Vigência a partir do primeiro dia útil seguinte à reunião ou à aplicação do viés.

D. Perspectivas para o terceiro trimestre e para o ano de 2017

26. A trajetória recente dos principais indicadores econômicos corrobora o cenário de estabilização e perspectiva de retomada gradual da economia. Deve ser considerado, entretanto, que a manutenção, por tempo prolongado, de níveis de incerteza elevados sobre a evolução do processo de reformas e ajustes na economia pode ter impacto negativo sobre a atividade econômica.



27. A economia permanece operando com alto nível de ociosidade dos fatores de produção, refletido nos baixos índices de utilização da capacidade da indústria e, principalmente, na taxa de desemprego. O mercado de trabalho, mesmo registrando alguma recuperação nos últimos meses, segue contribuindo para o reduzido dinamismo dos gastos com consumo.

28. O cenário externo tem se mostrado favorável, ressaltando-se que o melhor desempenho da atividade econômica global tem mitigado os efeitos de possíveis mudanças de política econômica nos países centrais.

29. Nesse ambiente, o comportamento da inflação permanece favorável, com desinflação difundida inclusive nos componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária. Destaque-se que a desinflação dos preços de alimentos e de preços industriais pode ter efeitos secundários na inflação, favorecendo recuos adicionais das expectativas de inflação e da inflação em outros setores da economia.

E. Metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o terceiro trimestre e para o ano de 2017.

30. A programação dos agregados monetários para o terceiro trimestre de 2017 considerou o cenário provável para o comportamento do PIB, da inflação, das taxas de juros e de câmbio, e de outros indicadores pertinentes, além de ser consistente com o atual regime de política monetária, baseado no sistema de metas para a inflação.

Quadro 3. Programação monetária para o terceiro trimestre e para ano de 2017^{1/}

Discriminação	Terceiro Trimestre				Ano			
	R\$ bilhões		Var. % em 12 meses ^{2/}		R\$ bilhões		Var. % em 12 meses ^{2/}	
M1 ^{3/}	295,9	- 347,4	4,5		327,2	- 384,2	4,3	
Base restrita ^{3/}	216,5	- 292,9	4,7		237,1	- 320,8	5,1	
Base ampliada ^{4/}	4.666,9	- 5.478,6	10,9		4.746,7	- 5.572,2	11,2	
M4 ^{4/}	5.528,0	- 7.479,1	9,4		5.659,5	- 7.657,0	8,4	

^{1/} Refere-se ao último mês do período.

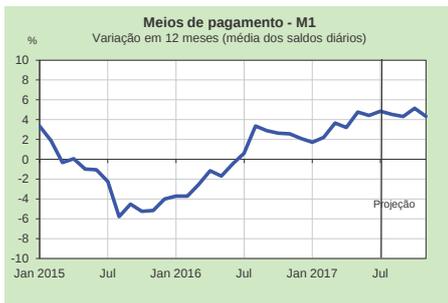
^{2/} Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

^{3/} Média dos saldos nos dias úteis do mês.

^{4/} Saldos em fim de período.



31. As projeções dos meios de pagamento foram efetuadas com base em modelos econométricos para a demanda por seus componentes, considerando-se o crescimento do produto, a trajetória esperada Selic e a sazonalidade característica daqueles. Em decorrência, a variação em da média dos saldos diários dos pagamento foi estimada em o terceiro trimestre e em 4,3% para dezembro de 2017.



demanda esperado para a taxa agregados. doze meses meios de 4,5% para

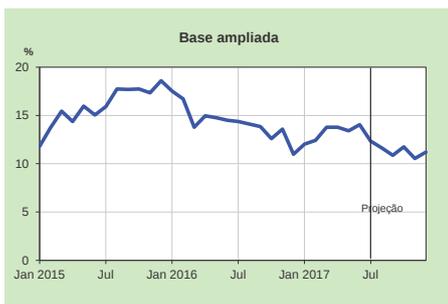
32. Considerou-se ainda, para a projeção dos meios de pagamento, como variáveis exógenas, além da expansão das operações de crédito do sistema financeiro, a elevação da massa salarial, a trajetória esperada para a taxa Selic e considerando o crescimento esperado para o produto.

33. Tendo em vista a projeção feita para a demanda por papel-moeda e por depósitos à vista, que são relacionadas à demanda por circulante e por reservas e considerando-se a atual recolhimentos compulsórios recursos à vista, projetam-se em doze meses para o saldo base monetária de 4,7%, em de 5,1%, em dezembro de 2017.



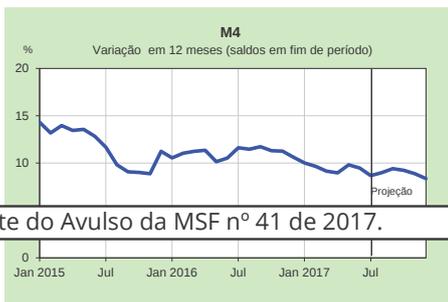
meio bancárias, alíquota de sobre elevações médio da setembro, e

34. As projeções da base monetária ampliada, que consiste de uma medida da dívida monetária e federal de alta liquidez, foram adotando-se cenários para primários do governo central, do setor externo e emissões de federais, assim como de taxas de juros e de câmbio projetar a capitalização da mobiliária federal. Os resultados variação em doze meses de 10,9% e de 11,2%, respectivamente, no terceiro e quarto trimestres de 2017.



mobiliária efetuadas resultados operações títulos estimativas para dívida indicam

35. Para os meios pagamento ampliados, as estão baseadas na capitalização componentes e nos fatores

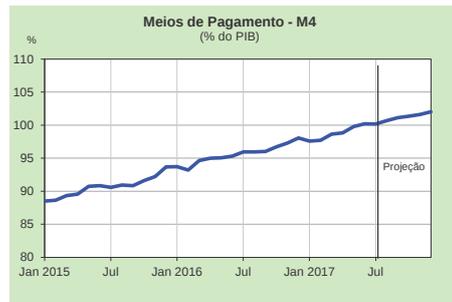


de previsões de seus



condicionantes de seu crescimento primário, que correspondem às operações de crédito do sistema financeiro, aos financiamentos com títulos federais junto ao setor não financeiro e às entradas líquidas de poupança financeira externa. Em decorrência, o crescimento em doze meses esperado para o M4 atinge 9,4% em setembro e 8,4% em dezembro de 2017.

36. A proporção entre o M4 e o PIB não deverá apresentar expansão significativa ao longo do trimestre de 2017, consistente com o comportamento esperado para as variáveis em doze meses.



segundo
com o
respectivas



37. A evolução dos agregados monetários é resumida no quadro a seguir, onde são apresentados os valores ocorridos no bimestre abril/maio de 2017, bem como os valores previstos para o terceiro trimestre e para o final de 2017.

Quadro 4. Evolução dos agregados monetários^{1/}

Discriminação	2017		2017 ^{2/}			
	Abril - Maio		Terceiro Trimestre ^{3/}		Ano ^{3/}	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões ^{3/}	Var. % em 12 meses
M1 ^{4/}	312,5	3,2	321,7	4,5	355,7	4,3
Base restrita ^{4/}	248,1	4,1	254,7	4,7	279,0	5,1
Base ampliada ^{5/}	4.893,9	13,4	5.072,8	10,9	5.159,5	11,2
M4 ^{5/}	6.346,9	9,8	6.503,6	9,4	6.658,3	8,4

^{1/} Refere-se ao último mês do período.

^{2/} Projeção.

^{3/} Ponto médio das previsões.

^{4/} Média dos saldos nos dias úteis do mês.

^{5/} Saldos em fim de período.

38. A evolução dos diversos multiplicadores, implícita na programação monetária, é resumida no quadro a seguir:

Quadro 5. Multiplicador monetário^{1/}

Discriminação	2017		2017 ^{2/}			
	Abril - Maio ^{1/}		Terceiro Trimestre		Ano ^{2/}	
	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses
M1 / Base restrita ^{3/}	1,260	-0,8	1,263	-0,2	1,275	-0,7
Res.bancárias / dep.vista ^{3/}	0,260	-0,5	0,250	-1,6	0,250	-0,3
Papel-moeda / M1 ^{3/}	0,568	0,7	0,571	0,2	0,563	0,5
M4 / Base ampliada ^{4/}	1,297	-3,2	1,282	-1,3	1,291	-2,6

^{1/} Refere-se ao último mês do período.

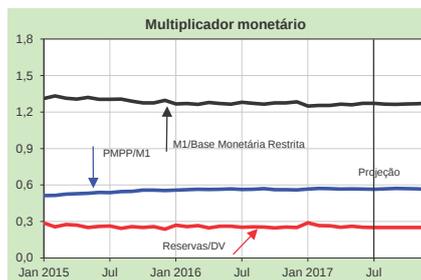
^{2/} Projeção.

^{3/} Média dos saldos nos dias úteis do mês.

^{4/} Saldos em fim de período.



39. Os multiplicadores da base monetária restrita e da base monetária ampliada não deverão apresentar tendência pronunciada em qualquer trimestre e direção ao longo do segundo do ano de 2017.



Resumo das projeções

Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no primeiro trimestre de 2017^{1/}

Discriminação	Previsto			Ocorrido	
	R\$ bilhões		Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	292,4	- 343,2	4,4	311,2	2,2
Base restrita ^{3/}	212,0	- 286,8	3,4	248,0	2,9
Base ampliada ^{4/}	4.310,5	- 5.060,2	9,8	4.794,2	13,8
M4 ^{4/}	5.266,8	- 7.125,7	8,3	6.242,7	9,2

^{1/} Refere-se ao último mês do período.

^{2/} Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

^{3/} Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

^{4/} Saldos em fim de período.

Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o segundo trimestre de 2017 e ocorridos em abril/maio^{1/}

Discriminação	Previsto			Ocorrido	
	R\$ bilhões		Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	290,5	- 341,1	5,6	312,5	3,2
Base restrita ^{3/}	210,3	- 284,6	4,6	248,1	4,1
Base ampliada ^{4/}	4.525,3	- 5.312,3	13,0	4.893,9	13,4
M4 ^{4/}	5.535,2	- 7.488,8	11,6	6.346,9	9,8

^{1/} Refere-se ao último mês do período.

^{2/} Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

^{3/} Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

^{4/} Saldos em fim de período.

Quadro 3. Programação monetária para o terceiro trimestre e para ano de 2017^{1/}

Discriminação	Terceiro Trimestre			Ano		
	R\$ bilhões		Var. % em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões		Var. % em 12 meses ^{2/}
M1 ^{3/}	295,9	- 347,4	4,5	327,2	- 384,2	4,3
Base restrita ^{3/}	216,5	- 292,9	4,7	237,1	- 320,8	5,1
Base ampliada ^{4/}	4.666,9	- 5.478,6	10,9	4.746,7	- 5.572,2	11,2
M4 ^{4/}	5.528,0	- 7.479,1	9,4	5.659,5	- 7.657,0	8,4

^{1/} Refere-se ao último mês do período.

^{2/} Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

^{3/} Média dos saldos nos dias úteis do mês.

^{4/} Saldos em fim de período.



Quadro 4. Evolução dos agregados monetários^{1/}

Discriminação	2017		2017 ^{2/}			
	Abril - Maio		Terceiro Trimestre ^{3/}		Ano ^{3/}	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões ^{3/}	Var. % em 12 meses
M1 ^{4/}	312,5	3,2	321,7	4,5	355,7	4,3
Base restrita ^{4/}	248,1	4,1	254,7	4,7	279,0	5,1
Base ampliada ^{5/}	4.893,9	13,4	5.072,8	10,9	5.159,5	11,2
M4 ^{5/}	6.346,9	9,8	6.503,6	9,4	6.658,3	8,4

^{1/} Refere-se ao último mês do período.

^{2/} Projeção.

^{3/} Ponto médio das previsões.

^{4/} Média dos saldos nos dias úteis do mês.

^{5/} Saldos em fim de período.

Quadro 5. Multiplicador monetário^{1/}

Discriminação	2017		2017 ^{2/}			
	Abril - Maio ^{1/}		Terceiro Trimestre		Ano ^{2/}	
	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses
M1 / Base restrita ^{3/}	1,260	-0,8	1,263	-0,2	1,275	-0,7
Res.bancárias / dep.vista ^{3/}	0,260	-0,5	0,250	-1,6	0,250	-0,3
Papel-moeda / M1 ^{3/}	0,568	0,7	0,571	0,2	0,563	0,5
M4 / Base ampliada ^{4/}	1,297	-3,2	1,282	-1,3	1,291	-2,6

^{1/} Refere-se ao último mês do período.

^{2/} Projeção.

^{3/} Média dos saldos nos dias úteis do mês.

^{4/} Saldos em fim de período.



Glossário

Base monetária: passivo monetário do Banco Central, também conhecido como emissão primária de moeda. Inclui o total de cédulas e moedas em circulação e os recursos da conta “Reservas Bancárias”. Essa variável reflete o resultado líquido de todas as operações ativas e passivas do Banco Central.

Fatores condicionantes da base monetária: refere-se às fontes de criação (emissão de moeda pelo Banco Central) ou destruição (recolhimento de moeda pelo Banco Central) de moeda primária (base monetária). Toda operação/intervenção do Banco Central que resulta em entrega de papel-moeda e/ou crédito em contas de “Reservas Bancárias” significa expansão monetária e é apresentada com sinal positivo. Ao contrário, toda operação/intervenção do Banco Central que resulta em recebimento e/ou débito em contas de “Reservas Bancárias” significa contração monetária e é apresentada com sinal negativo. Deve-se ressaltar a diferença entre fabricação e emissão de moeda: a fabricação é um processo fabril de cédulas e moedas e a emissão é um processo econômico que resulta em crescimento da oferta monetária, tanto física (cédulas e moedas) quanto escritural (Reservas Bancárias).

Base monetária ampliada: conceito amplo de base monetária, introduzido no Plano Real com o pressuposto de que agregados mais amplos sejam melhor correlacionados com os preços na economia brasileira, visto que mais perfeitamente captam a substitutibilidade entre a moeda, em seu conceito mais restrito, e os demais ativos financeiros. Inclui, além da base restrita, os principais passivos do Banco Central e do Tesouro Nacional (compulsórios e títulos federais).

Meios de pagamento: conceito restrito de moeda (M1). Representa o volume de recursos prontamente disponíveis para o pagamento de bens e serviços. Inclui o papel-moeda em poder do público, isto é, as cédulas e moedas metálicas detidas pelos indivíduos e empresas não financeiras e, ainda, os seus depósitos à vista efetivamente movimentáveis por cheques. Com a redução da inflação, a partir da introdução do real, ocorreu forte crescimento dos meios de pagamento no conceito restrito, processo esse conhecido como remonetização, resultante da recuperação da credibilidade da moeda nacional.

Meios de pagamento ampliados: inclui moeda legal e quase-moeda, correspondendo aos instrumentos de elevada liquidez, em sentido amplo. O M2 corresponde ao M1 mais as emissões de alta liquidez realizadas primariamente no mercado interno por instituições depositárias – as que



realizam multiplicação de crédito. O M3 é composto pelo M2 e as captações internas por intermédio dos fundos de renda fixa e das carteiras de títulos públicos federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). O M4 agrega o M3 e a carteira livre de títulos públicos do setor não financeiro.

Depósitos compulsórios de instituições financeiras: refere-se aos valores recolhidos ao Banco Central e/ou mantidos pelas instituições na forma de encaixe para fins de cumprimento das diversas normas prudenciais e de controle monetário, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Os recolhimentos “em espécie” correspondem aos valores que foram transferidos das contas “Reservas Bancárias” para outras contas de depósitos no Banco Central e que têm movimentação limitada aos períodos regulamentares, geralmente semanais, mediante demonstrativo de evolução da base de cálculo. Estes recolhimentos podem ser remunerados ou não. Os recolhimentos “em títulos” correspondem aos valores dos títulos públicos federais que foram vinculados no Selic, e que ficaram indisponíveis para negociações enquanto mantida a vinculação. Os recolhimentos “em títulos” são considerados remunerados em função da rentabilidade implícita no valor atualizado do título, não recebendo qualquer remuneração adicional por parte do Banco Central.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
PODE - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

PMDB - Airton Sandoval* (S)
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 22

Airton Sandoval	SP
Dário Berger	SC
Edison Lobão	MA
Eduardo Braga	AM
Elmano Férrer	PI
Eunício Oliveira	CE
Garibaldi Alves Filho	RN
Hélio José	DF
Jader Barbalho	PA
José Maranhão	PB
João Alberto Souza	MA
Kátia Abreu	TO
Marta Suplicy	SP
Raimundo Lira	PB
Renan Calheiros	AL
Roberto Requião	PR
Romero Jucá	RR
Rose de Freitas	ES
Simone Tebet	MS
Valdir Raupp	RO
Waldemir Moka	MS
Zeze Perrella	MG

Bloco Social Democrata - 15 PV / PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves	PSDB / MG
Antonio Anastasia	PSDB / MG
Ataídes Oliveira	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima	PSDB / PB
Dalirio Beber	PSDB / SC
Davi Alcolumbre	DEM / AP
Eduardo Amorim	PSDB / SE
Flexa Ribeiro	PSDB / PA
José Agripino	DEM / RN
José Serra	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves	DEM / SE
Paulo Bauer	PSDB / SC
Ricardo Ferraço	PSDB / ES
Ronaldo Caiado	DEM / GO
Tasso Jereissati	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 12 PP-7 / PSD-5

Ana Amélia	PP / RS
Benedito de Lira	PP / AL
Ciro Nogueira	PP / PI
Gladson Cameli	PP / AC
Ivo Cassol	PP / RO
José Medeiros	PSD / MT
Lasier Martins	PSD / RS
Omar Aziz	PSD / AM
Otto Alencar	PSD / BA
Roberto Muniz	PP / BA
Sérgio Petecão	PSD / AC
Wilder Morais	PP / GO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11 PT-9 / PDT-2

Acir Gurgacz	PDT / RO
Ângela Portela	PDT / RR
Fátima Bezerra	PT / RN
Gleisi Hoffmann	PT / PR
Humberto Costa	PT / PE
Jorge Viana	PT / AC
José Pimentel	PT / CE
Lindbergh Farias	PT / RJ
Paulo Paim	PT / RS
Paulo Rocha	PT / PA
Regina Sousa	PT / PI

Bloco Moderador - 9 PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1 PTC-1

Armando Monteiro	PTB / PE
Cidinho Santos	PR / MT
Eduardo Lopes	PRB / RJ
Fernando Collor	PTC / AL
Magno Malta	PR / ES
Pedro Chaves	PSC / MS
Telmário Mota	PTB / RR
Vicentinho Alves	PR / TO
Wellington Fagundes	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9 PSB-6 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares	PSB / SE
Cristovam Buarque	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho	PSB / PE
João Capiberibe	PSB / AP
Lídice da Mata	PSB / BA
Lúcia Vânia	PSB / GO
Randolfê Rodrigues	REDE / AP
Roberto Rocha	PSB / MA
Vanessa Grazziotin	PCdoB / AM

PODE - 2

Alvaro Dias	PR
Romário	RJ

S/Partido - 1

Reguffe	DF
---------	----

PMDB	22
Bloco Social Democrata	15
Bloco Parlamentar Democracia Progressista	12
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	11
Bloco Moderador	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	9
PODE	2
S/Partido	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (PMDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (PODE-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (PMDB-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Romário** (PODE-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dário Berger** (PMDB-SC)	Kátia Abreu** (PMDB-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO
COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">PMDB - 22 Líder Raimundo Lira - PMDB</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Social Democrata (PV/PSDB/DEM) - 15 Líder José Agripino - DEM (32,52) Vice-Líderes Ricardo Ferraço (78,86,112) Davi Alcolumbre (75,85,132) Ataídes Oliveira (74) Líder do PV - 0 Líder do PSDB - 11 Paulo Bauer (100) Vice-Líder do PSDB Ricardo Ferraço (78,86,112) Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (107) Vice-Líder do DEM José Agripino (32,52)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 12 Líder Wilder Moraes - PP (39,122,133) Vice-Líderes Benedito de Lira (99) Otto Alencar (49) Líder do PP - 7 Benedito de Lira (99) Líder do PSD - 5 Omar Aziz (45,104) Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)</p>
<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11 Líder Lindbergh Farias - PT (27,59,63,89,127,135,136) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,25,116) Regina Sousa (35) Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (27,59,63,89,127,135,136) Vice-Líder do PT Paulo Rocha (31,41,55,60,126) Líder do PDT - 2 Acir Gurgacz (3,25,116)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 9 Líder João Capiberibe - PSB (1,11,115) Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (51,70) Vanessa Grazziotin (17,21) Líder do PSB - 6 Fernando Bezerra Coelho (103,129) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (37,54,110) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (17,21) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PR (42,46,108) Vice-Líder Telmário Mota (4,29,34,44,56,84,101,128) Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (98) Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (105) Vice-Líder do PR Magno Malta (109) Líder do PSC - 1 Pedro Chaves (111) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (81,95) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,8,67,72)</p>
<p style="text-align: center;">Governo Líder Romero Jucá - PMDB (120) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (103,129) José Medeiros (9,14,22,88,130) Davi Alcolumbre (75,85,132) Wilder Moraes (39,122,133) Flexa Ribeiro (134) Sérgio Petecão (10,131)</p>	<p style="text-align: center;">PODE - 2 Líder Alvaro Dias - PODE (16,66,138) Vice-Líder Romário (137)</p>	<p style="text-align: center;">Maioria Líder Raimundo Lira - PMDB</p>
<p style="text-align: center;">Minoria Líder Humberto Costa - PT (15,18,50,53,79,90,113)</p>		

Notas:

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
22. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
25. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
26. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
52. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
58. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
60. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
62. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



63. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
66. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
69. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
71. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
72. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
98. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
99. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
100. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
101. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
102. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
103. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
104. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
105. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
106. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017)
107. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
108. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
109. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/n-2017)
110. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
111. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
120. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017)



124. Em 24.03.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 2º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017)
125. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017)
126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
128. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
129. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
134. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
135. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
136. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
137. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfê Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

** Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

Finalidade: Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------



3) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Felipe Geraldês e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



4) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.
*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.
*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

** O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DA PREVIDÊNCIA

Finalidade: Destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Requerimento nº 161, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾

Leitura: 21/03/2017

Instalação: 26/04/2017

Prazo final: 08/09/2017

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Dário Berger (SC) ⁽⁵⁾
Senador Hélio José (DF) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO ^(2,7)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁴⁾	

Notas:

1. Em 19.04.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Antônio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 039/2017-BLSDEM).
2. Em 19.04.2017, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 112/2017-GLPSDB).
3. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular; e o Senador José Pimentel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 052/2017).
4. Em 25.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 056/2017-BLOMOD).
5. Em 25.04.2017, os Senadores Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 104/2017-GLPMDDB).
6. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Hélio José, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIPREV).
7. Em 2.05.2017, o Senador Ataídes de Oliveira deixou de integrar, como titular, o colegiado (Of. 127/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Felipe Geraldês - Adjunto Marcelo Assaife

Telefone(s): 61 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



2)CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 25/04/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	



3)CPI DO BNDES

Finalidade: Investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997.

(Requerimento nº 375, de 2017)

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 25/05/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
	1.
	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	2.
VAGO ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT)

Notas:

1. Em 13.06.2017, o Senador Dalírio Beber deixa de compor o colegiado, como titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 160/2017-GLPSDB)



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾	1. Senador Eduardo Braga ^(6,9)
Senador Roberto Requião ^(6,9)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁶⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾
Senador Raimundo Lira ⁽⁶⁾	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁶⁾	5.
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,14,16)	6. Senador Randolfê Rodrigues (REDE-AP) ^(1,13)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽³⁾	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽³⁾
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,10)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(8,10)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁵⁾	2. VAGO ^(5,11,12)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,15)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).



2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores AtaiDES Oliveira, Dalirio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Cristovam Buarque, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 4/2017-BLSDEM).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
8. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
9. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
10. Em 24.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à senadora Lúcia Vânia, que passou a ocupar a vaga como suplente (Memo. nº 35/2017-BLSDEM).
11. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
12. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
13. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
14. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
15. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
16. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Aírton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁷⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. VAGO ^(6,19,22)
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,22)	6. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,21)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽²⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloisio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lidice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomcej@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3.
Senador José Maranhão (7)	4.
Senador Raimundo Lira (7)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
VAGO (1,9)	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador Romário (PODE-RJ) (2)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (3)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (8,10,11)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hêlio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ⁽¹¹⁾	1. Senador Aírton Sandoval ^(11,14)
Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽²⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(2,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(6,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(6,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁶⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(6,12,16)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

3. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).
13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
VAGO (6,10)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO (1,8)	1.
VAGO (1,11)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (3)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (16)
Senador Romário (PODE-RJ) (2)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

Notas:

* O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros ^(7,13)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(5,16)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁴⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. VAGO ^(3,10,14,15)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

- *. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).
1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).
6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).
7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).
8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).
11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros (7)	1. Senador Hélio José (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. Senadora Kátia Abreu (7,9,10)
Senador Romero Jucá (7)	3. Senadora Rose de Freitas (7)
Senador Elmano Férrer (7)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Raimundo Lira (7)	5. Senador Valdir Raupp (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (4)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (4)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (1)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,12,13)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁸⁾	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(4,12)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. VAGO ^(7,15)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,16)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).

15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).

16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30min -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
VAGO ^(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
- Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).



Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varela

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁸⁾	1. Senador Airton Sandoval ⁽¹⁰⁾
VAGO ^(8,12)	2. Senador Hélio José ⁽¹¹⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾	3.
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,14)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO ^(5,13)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).

15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima
Telefone(s): 61 33031120
E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾
Senador Hélio José ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁷⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
- Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
- Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
- Em 04.04.2017, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
- Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
- Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽¹⁰⁾	1.
Senador Airton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2.
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3.
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁹⁾	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14)	2.

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Morais foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).

Secretário(a): Oscar Pener do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁸⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Airton Sandoval (SP)	1. Senador Jader Barbalho (PA)
Senador João Alberto Souza (MA)	2. Senador Eduardo Braga (AM)
Senador Romero Jucá (RR)	3. VAGO ⁽¹⁷⁾
Senador Hélio José (DF) ⁽¹⁸⁾	4. ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹⁶⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(2,3,11,14)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,5,15)
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ^(2,3)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁰⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(12,13)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,19)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	2.

Atualização: 07/06/2017

Notas:

- O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
- O Senador Randolfe Rodrigues foi eleito membro suplente do Conselho, conforme MEMO nº 049/2017-BLSDEM, subscrito pelo Líder do Bloco Socialismo e Democracia, Senador João Capiberibe, datado de 07.06.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
- A Senadora Vanessa Grazziotin foi eleita membro suplente do Conselho, conforme MEMO nº 049/2017-BLSDEM, subscrito pelo Líder do Bloco Socialismo e Democracia, Senador João Capiberibe, datado de 07.06.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.



11. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.
12. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
13. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
14. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
15. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
16. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
17. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
18. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
19. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme OF. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
REDE
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO

Atualização: 08/02/2017

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS	
PMDB	VAGO
PT	VAGO
PSDB	VAGO
PSB	VAGO
PDT	VAGO
PR	VAGO
PSD	VAGO
DEM	VAGO
PP	VAGO
PTB	VAGO
PPS	VAGO
PCdoB	VAGO
PSC	VAGO
PRB	VAGO
REDE	VAGO

Atualização: 01/06/2017**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO

Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Vago (Art. 6º da Res. 15/2012).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 18/10/2016

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:**
VICE-PRESIDENTE:**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
VAGO

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

* Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 47/2013).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:****1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014
5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	VAGO
	PV
	VAGO



Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PV



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do****RISF):**



16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR*(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PV

Notas:

* Vago (Art. 6º, §1º, da Res. 31/2016).



**17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
VAGO
PCdoB
VAGO
PDT
VAGO
PMDB
VAGO
PP
VAGO
PPS
VAGO
PR
VAGO
PRB
VAGO
PSB
VAGO
PSC
VAGO
PSD
VAGO
PSDB
VAGO
PT
VAGO
PTB
VAGO
REDE
VAGO

Atualização: 01/06/2016

Notas:

*. Vago (Art. 2º, §1º, da Res. 08/2009).

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:**
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PV
PTC

Notas:

* Vago (Art. 5º, §1º, da Res. 43/2016)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

